



**UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE MEDICINA**

Tais Cristina Prestes

**Situações de violências e de saúde mental de
estudantes residentes em uma moradia estudantil**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título
de Mestre(a) em Saúde Coletiva

Coorientador(a): Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Pereira Lima
Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Dinair Ferreira Machado

**Botucatu
2026**

TAÍS CRISTINA PRESTES

**SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E DE SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES
RESIDENTES EM UMA MORADIA ESTUDANTIL.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Coorientadora: Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Pereira Lima.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Dinair Ferreira Machado.

Botucatu
2026

P936s Prestes, Tais Cristina
Situações de violências e de saúde mental de
estudantes residentes em uma moradia estudantil /
Tais Cristina Prestes. -- , 2026
75 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Medicina, Botucatu,
Orientadora: Dinair Ferreira Machado
Coorientadora: Maria Cristina Pereira Lima

1. Estudantes. 2. Interseccionalidade. 3. Saúde
mental. I. Título.

Taís Cristina Prestes

Situações de violência e de saúde mental de estudantes residentes em uma moradia estudantil.

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). Dinair Ferreira Machado
Universidade: Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Departamento de Saúde Pública.

Prof(a). Dr(a). André Santachiara Fossaluza;
Universidade: Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Instituto de Biociências (IBB)

Prof(a). Dr(a). Luana dos Anjos Ramos
Universidade: Universidade Federal de Mato Grosso (UFTM) – Campus Araguaia

Data da Defesa: 26/02/2026.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Simone Cristina de Pontes (in memoriam), sou grata por ter partilhado parte da minha existência ao seu lado e por ter acreditado em mim. Você estará sempre viva em meu coração. Nos vemos na eternidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Profª Dra. Dinair Ferreira Machado, pelo seu "sim". Você tornou este percurso mais leve, sendo paciente, presente e acolhedora. Minha eterna gratidão.

Estendo os agradecimentos a Profª Dra Maria Cristina Pereira Lima, por embarcar conosco neste projeto, ao Lucas, que participou da etapa de caracterização do estudo, e a todos os colegas e professores que cruzaram este caminho da minha vida.

Não menos importante, agradeço ao meu marido, Thiago Langeli da Silva. Você é a minha pessoa no mundo. Obrigada por permanecer sempre ao meu lado e por mostrar que sempre pode haver flores no caminho.

Agradeço também à minha irmã, Taiane, e aos meus sobrinhos, Catarina e Arthur. Vocês são a força que me dá coragem para seguir na caminhada. Amo vocês!

Ao meu pai, Gerson, que sempre se orgulhou ao dizer que sua filha conseguiu se formar e cursar um mestrado na UNESP.

E, por fim, a todos(as) os(as) alunos(as) que compõem a permanência estudantil, que residem em moradias universitárias e que não sucumbem. Que sigam sendo resistência.

RESUMO

As experiências vivenciadas na universidade são atravessadas por diversas desigualdades, como sociais, de gênero e de raça, que podem impactar a saúde mental dos estudantes e interferir em sua permanência universitária. O presente estudo buscou analisar situações de violência e aspectos de saúde mental nas trajetórias de vida de estudantes residentes em uma moradia estudantil, por meio de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em duas etapas. Na primeira etapa, participaram estudantes residentes em uma moradia estudantil, aos quais foram aplicados um questionário sociodemográfico e dois instrumentos validados, sendo eles: Self Report Questionnaire (SRQ 20), que avalia o sofrimento mental e a probabilidade de transtornos mentais comuns (TMC), e a Escala de Apoio Social (MOS-SSS), que mensura o apoio percebido dos estudantes em relação a outras pessoas para enfrentar situações estressantes. A segunda etapa contou com 12 estudantes que assinalaram questões sensíveis, como a afirmação de que teriam sofrido violências ao longo da vida e no ambiente universitário como: trotes, assédios, sexismo e racismo. Além disso eles também pontuaram na escala SRQ 20, indicativo de sofrimento mental. Dos 12 estudantes selecionados, foram observados aspectos de representatividade, como raça e gênero. A segunda fase foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada individual. A coleta de dados obteve a aprovação no Projeto no Comitê de Ética e iniciou-se após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como resultado, o estudo evidencia a importância de produzir conhecimento científico sobre as vulnerabilidades relacionadas à saúde mental e à violência que perpassa os estudantes residentes em moradias estudantis, possibilitando novas estratégias políticas e de intervenção que incluam as vivências dos moradores que ocupam estes espaços. Ressalta-se ainda, que a trajetória dos estudantes é atravessada pela interseccionalidade de marcadores sociais da diferença e que ao ingressar na universidade as vulnerabilidades podem ser agravadas se não houver uma política de cuidado e permanência.

Descritores: Estudantes; Interseccionalidade; Saúde Mental; Universidades; Violências.

ABSTRACT

The experiences lived within the university are shaped by various social, gender, and racial inequalities that can impact students' mental health and affect their university retention. This study aimed to analyze situations of violence and aspects of mental health in the life trajectories of students residing in a university housing facility through qualitative research conducted in two stages. In the first stage, students living in the housing facility participated by responding to a sociodemographic questionnaire and two validated instruments: the Self Report Questionnaire (SRQ-20), which assesses psychological distress and the likelihood of common mental disorders (CMD), and the Medical Outcomes Study Social Support Scale (MOS-SSS), which measures perceived social support from others in coping with stressful situations. The second stage involved 12 students who reported sensitive experiences, such as having suffered violence throughout their lives and within the university environment, including hazing, harassment, sexism, and racism. In addition, they scored SRQ-20 indicating psychological distress. Among the 12 selected participants, aspects of representativeness such as race and gender were considered. This phase was conducted through individual interviews semi-structured. Data collection was approved by the Research Ethics Committee and began after participants signed the Informed Consent Form (ICF). As a result, the study highlights the importance of producing scientific knowledge about vulnerabilities related to mental health and violence among students living in university housing, enabling new political and intervention strategies that consider the experiences of these residents. Furthermore, it emphasizes that students' trajectories are influenced by the intersectionality of social markers of difference and that, upon entering the university, their vulnerabilities may be exacerbated in the absence of care and retention policies.

Keywords: Students; Intersectionality; Mental Health; Universities; Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OBJETIVO GERAL	16
Objetivo específico	16
JUSTIFICATIVA	17
MÉTODOS	18
RESULTADOS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
ANEXOS.....	57
APÊNDICE.....	64
a) Termo de consentimento Livre e Esclarecido.....	64
b) Questionário Sociodemográfico.....	68
c) Self Report Questionnaire.....	71
d) Escala de Apoio Social.....	73
e) Entrevista semiestruturada.....	75

1. INTRODUÇÃO

1.1 Acesso, Cotas e Desigualdade Estrutural

As políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil possibilitaram, na última década, a ampliação do acesso à universidade por camadas populares historicamente excluídas desse nível de ensino. No entanto, uma expressiva parcela da população brasileira permanece fora do ensino superior e, para aquelas que o acessam, surge a problemática da permanência, uma vez que apenas o acesso não garante todo o percurso acadêmico (Carneiro; Bridi 2020).

Embora tenha-se ampliado o acesso, as características como classe social, raça e gênero são fatores muito relevantes na definição da trajetória social dos estudantes, sendo essencial o debate sobre a democratização do Ensino Superior para a construção de maneiras mais equitativas e inclusivas de viver em sociedade (Barbosa, 2019).

Um breve panorama histórico sobre a chegada do ensino superior no Brasil nos leva para a criação das escolas de Medicina e Direito, as quais foram trazidas pela família real portuguesa no século XIX. No entanto, como aponta Santos (2007), a função principal destas escolas era a manutenção do status burguês. Tinham acesso ao ensino superior predominantemente homens das elites, ou seja, o ensino superior era um privilégio acessível apenas a uma pequena parte da população.

Os ingressantes do ensino superior nesta época eram atravessados por marcadores sociais e étnicos. Geralmente, eram brancos oriundos das elites socioeconômicas da Colônia, e os negros, não tinham qualquer possibilidade de inserção. O que determinava o acesso era a origem socioeconômica dos indivíduos, que viviam em um contexto caracterizado pela desigualdade, e deste modo, o conhecimento mantinha a reprodução das classes sociais (Santos, 1998).

Como resultado de lutas sociais, no decorrer dos séculos, os negros conseguiram gradualmente se inserir nas instituições de ensino (Ribeiro; Mendes, 2023). Todavia, a manutenção deste status segue sustentada socialmente, como aponta o levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 1999, existem desigualdades no desempenho escolar entre grupos raciais, com estudantes negros

apresentando, em média, resultados inferiores aos de estudantes brancos. Esses dados evidenciam a persistência de desigualdades educacionais associadas ao racismo estrutural (Henriques, 2001).

Neste percurso, houve a elaboração de propostas políticas e de programas que visavam democratizar o acesso e a permanência no ensino, como o programa de ações afirmativas e o Plano Nacional de Educação (PNE). A política de cotas sociais e étnico-raciais, por exemplo, foi estabelecida com a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso no âmbito das Instituições Federais (IFES). A política permitiu o ingresso de outros sujeitos no ensino superior público, que, como já foi afirmado previamente, sempre foi elitizado e branco no Brasil (Mocelin, 2019). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que, após 10 anos da implementação da lei de cotas, o número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% (INEP, 2023).

Ainda que o ingresso no ensino superior tenha tido um aumento considerável, a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que ainda há desafios a serem superados (IBGE, 2025). Dados da PNAD Contínua (2024) revelaram que “81,8% das pessoas brancas estavam na etapa escolar adequada, contra 73,6% das pessoas pretas ou pardas, o que corresponde a 8,2 pontos percentuais de diferença” (IBGE, 2025a). Desde a chegada do ensino superior no Brasil, a desigualdade racial permanece expressiva, evidenciando barreiras no acesso e na permanência de estudantes no ensino.

1.2 O Desafio da Permanência e a Saúde Mental

O elevado número de alunos que evadem da universidade ressalta a urgência de políticas de ações afirmativas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência desses estudantes (Farias, 2019). Dados do Censo da Educação Superior de 2019, realizado pelo INEP, indicam que a taxa de desistência acumulada alcança 59% (INEP, 2020). Deste modo, as estratégias de inclusão voltadas a grupos sociais historicamente marginalizados devem reconhecer os marcadores que potencializam suas vulnerabilidades e buscar minimizar as desigualdades, promovendo ambientes acadêmicos mais equitativos.

A visão de Araujo et al (2024) ressalta a complexidade do tema da evasão no ensino superior, analisando-o como um problema complexo, atravessado por determinantes pessoais e fatores internos e externos às instituições de ensino, assim como fatores sociais, econômicos, culturais e acadêmicos. Considera-se que a evasão da instituição acontece quando o estudante se desliga da instituição em que está matriculado, já a evasão do sistema acontece quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior, independentemente do motivo, exceto falecimento (INEP, 2016).

Nesse cenário, a discussão sobre a permanência precisa incorporar a análise da saúde mental dos estudantes, que é perpassada por uma complexa rede de fatores. Mesmo antes do ingresso, o período de vestibulares já é marcado como um evento estressante. Após a aprovação, múltiplos fatores de risco surgem, incluindo a adaptação à universidade, as dificuldades nas relações interpessoais, as questões familiares e econômicas, a necessidade de conciliar o trabalho aos estudos e o baixo apoio social, sendo todos apontados como fatores de risco ao desenvolvimento de quadros ansiosos (Cardona-Arias et al, 2015).

Corroborando essa visão, o contexto socioeconômico familiar também se enquadra enquanto um fator de risco para a depressão, assim como a ausência de suporte social e a alta expectativa parental (Yu et al, 2015). Outros fatores, relacionados diretamente ao ambiente acadêmico são o cronograma, a dificuldade de organização do tempo e a adaptação ao currículo (Fawzy & Hamed, 2017).

Apesar da necessidade de apoio, é crucial considerar a cultura institucional da universidade, que é hierarquizada, elitista e tradicionalmente individualista. Essa cultura, sob o marco ideológico da meritocracia, muitas vezes naturaliza o sofrimento, levando a crer que ele é uma parte intrínseca e necessária no percurso acadêmico (Leao; Gotto; Ianni, 2025).

Além disso, o sofrimento no Ensino Superior não é distribuído de forma homogênea. Estudos mostram forte associação do sofrimento com os marcadores sociais da diferença, como sexo feminino, ser mais jovem, ter baixa renda e baixo apoio social. Foi identificada, por exemplo, associação entre experiências de discriminação e transtornos mentais comuns, sendo a discriminação mais frequente entre: mulheres,

“quotistas”, pessoas com baixa renda, negros/pardos e alunos que relataram ter sofrido algum tipo de violência na universidade (Henriques, Merçon-Vargas e Rosa, 2024).

No contexto de vulnerabilidade, é fundamental reconhecer os elementos protetivos. A rede de apoio disponível ao universitário é vista como um fator que reduz o estresse, funcionando como suporte e auxílio na resolução de problemas. Outros elementos protetivos para a saúde mental incluem a qualidade das relações familiares e a oferta de assistência psicossocial dentro do ambiente acadêmico (PADOVANI et al., 2014).

Desta forma, os indivíduos que possuem apoio social tendem a apresentar melhor percepção do desempenho acadêmico, favorecendo um menor sofrimento (Budescu; Silverman, 2016). Nesse sentido, compreendemos o processo de saúde-doença no Ensino Superior como um conjunto de variáveis que se interseccionam, desde questões pessoais, familiares, econômicas, institucionais, sociais e culturais (LIMA et al., 2022). Por esta razão, a permanência dos estudantes é efetivada, em grande parte, por meio de políticas públicas que incluem a assistência estudantil.

1.3 Interseccionalidade e Ações Afirmativas

Mayorga e Souza (2012) destacam que as ações afirmativas são políticas que têm como objetivo corrigir desigualdades historicamente atribuídas e impostas a determinados grupos, cujos direitos sociais foram desconsiderados e não reconhecidos em função do tratamento desigual dado às suas diferenças.

Deste modo, Piovesan (2005) define as ações afirmativas como medidas especiais e temporárias que, ao enfrentar desigualdades estruturais, procuram acelerar o processo de alcance da igualdade por parte de grupos vulneráveis, como minorias étnico-raciais e mulheres. Complementando essa perspectiva, Nascimento (2013) compreende que as ações afirmativas constituem políticas públicas que buscam efetivar o papel do Estado, assegurando igualdade de oportunidades e de tratamento entre as pessoas, com a intenção de ampliar os mecanismos de inclusão.

Ao acrescentar o olhar dos marcadores sociais da diferença e da interseccionalidade para este fenômeno, vemos que o modo pelo qual são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre os sujeitos, bem como, a forma como

operam na vida social e nas diferentes formas de opressão, não são isoladas, mas se interconectam (Melo; Malfitano; Lopes, 2020).

A emergência da interseccionalidade, no contexto acadêmico, é atribuída a Kimberlé Crenshaw. Segundo a autora, a interseccionalidade é uma forma de conceituar um problema para capturar as consequências entre dois ou mais eixos da subordinação, tratando a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios sustentam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de gênero, raças, etnias, classe entre outros. Esses diversos eixos criam intersecções complexas que geram múltiplas e simultâneas opressões (Crenshaw, 2002).

Analisar os marcadores sociais, em um país com padrões hegemônicos construídos historicamente sob a ótica eurocêntrica, nos mostra que as crises no modelo capitalista potencializaram o poder e a dominação do grupo dominante, diante das novas necessidades de mercado (Almeida, 2018).

Vale ressaltar que, nesta estrutura, o acesso à educação é considerado por Carneiro (2005) como uma das vias para ascensão social, logo, controlar o acesso às oportunidades educacionais efetiva a manutenção das desigualdades sociais.

Embora sejam inegáveis os avanços alcançados em virtude da implementação de políticas públicas afirmativas para a população negra, é abissal a desigualdade sociorracial entre brancos e negros no Brasil, em relação ao acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, segurança, moradia e trabalho, e que são enormes, também, os registros de atos de violência contra os negros (Lima, 2020).

Se a desigualdade racial já limita o acesso da população negra a direitos fundamentais, ela também se reflete em espaços como a universidade. Como acrescenta Carneiro (2005), mesmo diante de estudos que escancaram o tratamento desigual dirigido à população negra no Brasil, as resistências institucionais persistem.

As barreiras impostas institucionalmente não se restringem somente ao ingresso, mas se estendem às condições de permanência dos estudantes. Segundo Marilena Chauí (2023), a universidade é uma instituição social e como tal exprime o modo de funcionamento da sociedade como um todo. A ruptura ocasionada com a reserva de vagas foi percebida com rancor por grande parte das classes médias e elites (Meneghel, 2019).

Considerando as intersecções, resgatar a história da inclusão das mulheres no ensino superior revela mudanças significativas ao longo do tempo. Há cerca de trinta anos, as mulheres conseguiram superar desigualdades históricas e se tornaram a maioria dos ingressantes, representando 59,4% dos novos alunos (Censo da Educação Superior de 2023).

Cabe considerar, porque mesmo com esta mudança as mulheres ainda são colocadas em posições inferiores na sociedade, dados do IPEA (2013) apontam para a interseccionalidade entre o gênero e a raça como bússola. A variável gênero apresenta distinções significativas entre as mulheres brancas e as mulheres negras, com este último grupo encontrando-se uma posição inferior no que diz respeito ao acesso ao ensino superior (Góis, 2008).

É importante salientar que a intersecção de raça, gênero e classe social dos estudantes ainda exerce forte efeito nas chances de ingresso no ensino superior, de modo que jovens de famílias de classes mais altas possuem mais chances de acessar esse nível de ensino do que jovens da classe trabalhadora (Salata, 2018).

1.4 Assistência Estudantil e Moradia

Novos corpos acessando um espaço que era de domínio das elites gera um incômodo; entretanto, não basta entrar, é preciso permanecer. Abordar sobre a permanência estudantil é também falar de uma tradição antiga: a moradia universitária.

Desde o surgimento das primeiras universidades no Ocidente, ainda na Idade Média, estudantes que vinham de diferentes lugares passaram a se organizar em grupos para garantir um lugar onde morar. No Brasil, na década de 1930 foi inaugurada a Casa do Estudante, situada no estado do Rio de Janeiro.

Apesar dessas iniciativas, a existência de moradias estudantis não era acompanhada, naquele momento, por políticas públicas que assegurassem esse direito de forma institucionalizada. Somente em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece os princípios da educação em todos os níveis e busca garantir o direito à educação.

Outro programa que apresentou um papel fundamental na luta pela assistência estudantil foi o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

(FONAPRACE), que buscou, junto aos parlamentares, a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Em 2007, o MEC instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), plano governamental que visa garantir a permanência dos estudantes de baixa renda nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de democratizar o acesso à educação e reduzir as desigualdades sociais e regionais no país.

Na UNESP, a preocupação com a assistência estudantil precede o PNAES, com o histórico de políticas de auxílio aos estudantes de baixa renda se dando a partir da década de 1980, com o início do funcionamento das moradias estudantis e dos restaurantes universitários (UNESP, 2024).

Atualmente, a assistência estudantil na UNESP é gerida pela Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE), incluindo os auxílios: auxílios socioeconômicos, visam apoiar os estudantes a se manterem no local de realização do curso; auxílio especial: concedido ao estudante com deficiência ou mobilidade reduzida; subsídio alimentação, concedido ao estudante que possui alguma das modalidades de auxílio permanência; auxílio estágio para o estudante que desenvolve estágio curricular obrigatório não remunerado em outro município; auxílio transporte, ao estudante que reside em local com difícil acesso; auxílio maternagem ou paternagem, ao estudante responsável direto por criança e que está em situação de vulnerabilidade e a moradia estudantil (UNESP, 2024).

A estrutura de permanência estudantil está intrinsecamente ligada à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (PROADE) que foi criada oficialmente em 2025, situando o tema da assistência e da moradia diretamente no campo das políticas de inclusão. O programa é gerenciado pela COPE e conta com Comissões Locais de Permanência Estudantil e Comissões Locais de Moradia em cada unidade da UNESP (UNESP, 2024). Além da organização institucional, destaca-se a forte atuação dos estudantes e moradores, através das assembleias e da organização estudantil em fóruns, como o Fórum das Moradias.

A articulação institucional reforça o entendimento de que a permanência estudantil extrapola a assistência estudantil, ou seja, os auxílios mencionados acima são o conjunto de ferramentas que a universidade dispõe para que possa garantir a permanência. Para Dumaesq (2014), a Assistência Estudantil destina-se ao provimento de recursos

mínimos necessários aos estudantes, já a Permanência Estudantil é o resultado esperado das políticas de assistência.

Sem a assistência torna-se impossível a permanência, considerando que permanecer não resume apenas as necessidades materiais, mas também aspectos subjetivos como o sentimento de pertencimento, saúde mental, e a integração na vida acadêmica e social, englobando questões simbólicas, culturais e sociais (Silva e Nogueira, 2016).

Para os pesquisadores, Felicetti e Morosini (2009), para promover a equidade é necessário dar acesso, ao ensino superior, aos grupos diversificados de alunos, e criar condições para que permaneçam e concluam o ensino com qualidade. Garantir a equidade envolve diversas dimensões, como o acesso, a permanência e o suporte à formação com qualidade.

Há uma escassez na literatura nacional voltada ao estudo das moradias universitárias, sendo necessárias investigações que conheçam a realidade desses ambientes e os impactos produzidos sobre os estudantes (Garrido; Mercuril, 2013). Suárez e Gairin (2018), apontam a importância de que a universidade parta do diagnóstico da situação dos estudantes e, de maneira sistemática, permita a coleta de informações atualizadas que respondam pela composição das suas necessidades.

Diante desse contexto, este projeto busca responder a seguinte questão de pesquisa: Quais são as percepções de estudantes residentes em uma moradia estudantil sobre suas experiências de permanência na universidade, com especial atenção a situações de violência de saúde?

2. OBJETIVO GERAL

Analisar situações de violência e de saúde mental nas trajetórias de vida de estudantes residentes em uma moradia estudantil.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil sociodemográfico e psicossocial de estudantes residentes em uma moradia estudantil.
- Analisar as trajetórias de vida de estudantes residentes em uma moradia estudantil.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha de estudantes residentes em moradias estudantis como foco desta pesquisa fundamenta-se na experiência profissional da pesquisadora enquanto psicóloga em uma universidade. No exercício dessa função, tornou-se evidente que as demandas apresentadas pelos estudantes extrapolavam questões estritamente psíquicas, revelando a necessidade de compreender suas trajetórias de vida, frequentemente atravessadas por marcadores sociais associados a diferentes formas de vulnerabilidade.

Essas vulnerabilidades não se iniciam no ingresso ao ensino superior, elas antecedem a própria decisão de prestar um vestibular, evidenciando que, embora a democratização do acesso tenha avançado, a escolha de ingressar na universidade continua condicionada por múltiplos fatores sociais, econômicos e subjetivos.

Nesse cenário, a existência de uma moradia estudantil torna-se elemento central, especialmente para estudantes que precisam se deslocar de sua cidade de origem para cursar a graduação. O acesso à moradia financiada pela universidade é, portanto, condição essencial para que possam vivenciar plenamente a vida acadêmica.

A análise dessas experiências instigou a investigação sobre como as intersecções dos marcadores sociais influenciam o percurso acadêmico e as possibilidades de permanência desses estudantes. A pertinência do estudo também se sustenta na vivência profissional da pesquisadora, a partir da percepção de que a permanência estudantil configura uma preocupação recorrente e de grande impacto no contexto universitário, reforçando a urgência de pesquisas que subsidiem políticas de cuidado e de apoio à trajetória acadêmica.

4. MÉTODOS

TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, abordagem metodológica que permite compreender processos, fenômenos e atividades humanas. Adota-se, especificamente, o modelo da história de vida tópica, que possibilita o estudo da trajetória das pessoas por meio de seus próprios relatos. Essa abordagem aprofunda-se na vivência histórica dos participantes, buscando identificar elementos recorrentes em seus discursos, entender o funcionamento de suas relações e analisar como se inserem no mundo e no grupo social ao qual pertencem (Minayo, 1993; Spíndola & Santos, 2003).

A pesquisa foi dividida em duas etapas, na primeira etapa foi realizada a caracterização dos participantes, foram convidados os estudantes residentes na moradia, destes 21 participaram da pesquisa, foi realizada a aplicação de um questionário com informações sociodemográficas e familiares e aplicado dois instrumentos validados, sendo eles: Self Report Questionnaire (SRQ 20) e Escala de Apoio Social (MOS-SSS). Destes foram para segunda fase, a que se refere ao presente estudo, os participantes que pontuaram acima de 7 pontos no SRQ 20, e que assinalaram já ter sofrido situação de violência, observando-se intencionalmente critérios como diversidade de gênero e raça. No total dos 21 alunos que participaram da etapa de caracterização, 13 foram selecionados para a segunda etapa da pesquisa, mas aceitaram participar 12 alunos.

1 – Fluxograma: Etapas da coleta de dados



Elaborado pelas autoras.

INSTRUMENTOS

Para o presente estudo foram incluídos os seguintes instrumentos:

Dados sociodemográficos

Foram coletadas as informações sobre o curso (em qual curso está matriculado, período em que frequenta, ano de ingresso na graduação), a moradia estudantil (ano de ingresso na moradia), a rede de apoio (se houver) e por fim, as violências, se vivenciadas, a partir de perguntas fechadas, com exceção da pergunta que investiga a rede de apoio, que é aberta, para não induzir às respostas.

Self Reporting Questionnaire (SRQ-20)

O Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) é um instrumento elaborado pela Organização Mundial da Saúde (Who, 1994), traduzido e validado para o contexto brasileiro por Mari e Williams (1986). Trata-se de uma escala autoaplicável composta por 20 itens de resposta dicotômica (“sim” ou “não”), que avalia a presença de sintomas vivenciados no último mês.

O objetivo do instrumento é realizar a triagem de sintomas de sofrimento psíquico, sem a finalidade de estabelecer diagnósticos específicos. Seu foco recai sobre sintomas não psicóticos, como insônia, fadiga, irritabilidade, dificuldades de concentração, esquecimento e queixas somáticas (Gonçalves; Stein; Kapczinski, 2008).

A pontuação varia de 0 a 20 pontos, sendo que, neste estudo, foi adotado o ponto de corte de 7 para ambos os sexos. O ponto de corte foi escolhido baseado em estudos de validação realizados no Brasil, em que o ponto de corte ≥ 7 apresenta desempenho superior na diferenciação entre casos e não casos. (Mari; Williams, 1986, Gonçalves; Stein; Kapczinski, 2008).

Trata-se de um instrumento de fácil compreensão e aplicação, amplamente utilizado em pesquisas e serviços de saúde para a detecção precoce de possíveis transtornos mentais comuns.

Social Support Survey ou Escala de Apoio Social (MOS-SSS)

A Medical Outcomes Study, ou Social Support Survey (MOS-SSS) é uma ferramenta desenvolvida por Sherbourne e Stewart (1991) para avaliar a percepção de apoio social. No presente estudo, foi utilizada para investigar em que medida os estudantes contam com o suporte de outras pessoas para enfrentar situações estressantes.

A escala original foi elaborada para mensurar a quantidade e a qualidade do apoio social percebido em quatro dimensões principais: apoio emocional, apoio material, apoio de amigos e apoio familiar. É composta por 19 itens, respondidos em escala tipo Likert, variando de “Nunca” a “Sempre”, nos quais os participantes indicam a frequência com que recebem apoio em situações específicas.

A pontuação total é obtida pela soma dos itens, sendo que valores mais elevados

indicam maior nível de apoio social percebido. Não há ponto de corte universalmente estabelecido para o instrumento, o que permite adaptações de acordo com o objetivo da pesquisa.

No Brasil, a escala foi traduzida, adaptada e validada por Griep et al. (2005), demonstrando boas propriedades psicométricas e ampla aplicabilidade em estudos sobre saúde, qualidade de vida e apoio social.

Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada foi empregada para coletar dados na linguagem dos próprios participantes, possibilitando compreender como os alunos interpretam diferentes aspectos de suas experiências. Esse formato permitiu a formulação de questões alinhadas aos objetivos da pesquisa, garantindo a autonomia e o protagonismo dos entrevistados (Minayo, 2014; Kvale & Brinkmann, 2009).

As entrevistas foram agendadas previamente, em dias e horários convenientes para os participantes, de modo a não interferir em sua disponibilidade ou rotina.

O roteiro das entrevistas foi baseado na história de vida dos estudantes, contemplando tópicos específicos que orientaram a coleta de informações e a análise das trajetórias individuais:

1. Fale sobre como foi a sua infância/adolescência desde quando se lembra por gente;
2. Fale sobre o período em que decidiu entrar para a faculdade;
3. Fale sobre a descoberta da aprovação;
4. Fale do momento em que chegou na universidade;
5. Fale da sua experiência de conseguir a vaga na moradia estudantil;
6. Fale sobre o período após o ingresso na faculdade;
7. Fale do cenário atual;
8. Fale um pouco sobre as relações;
9. Conte sobre seus sentimentos na universidade e na moradia;
10. Conte como é viver na moradia estudantil;
11. Fale sobre as situações de violência;
12. Como você percebe a sua saúde mental atualmente?
13. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência na universidade, na moradia estudantil ou sobre sua saúde mental que não foi abordada até agora?

A seleção dos participantes se deu pela lista de estudantes atuais que residem na moradia estudantil, a coleta de dados foi disponibilizada inicialmente via formulário (Forms) do Google, divulgado por e-mail e enviado via Whatsapp e e-mail, para a

segunda etapa as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos estudantes.

A segunda etapa foi realizada com os estudantes que assinalaram questões sensíveis, como a afirmação de que teriam sofrido violências ao longo da vida e no ambiente universitário como: trotes, assédios, sexismo e racismo. Além disso, eles também tiveram pontuação indicativa de sofrimento mental no SRQ 20. Dos 12 estudantes selecionados para a fase qualitativa, observamos também os aspectos de representatividade, como raça e gênero, a condição socioeconômica embora seja um fator de importância para o estudo, já se pressupunha uma vulnerabilidade uma vez que para o processo seletivo da permanência estudantil existe uma renda per capita.

Após a coleta, os dados foram organizados e categorizados segundo elementos em comum, as categorias foram formuladas a partir dos dados coletados no campo. Para a interpretação dos dados, prezamos pela triangulação, ou seja, com a utilização de diferentes métodos.

O principal método de análise se pautou na análise de conteúdo de Bardin, com a contagem da frequência da aparição de determinadas características no conteúdo das entrevistas com os estudantes. (Bardin, 2011).

A análise de conteúdo constitui um método sistemático e objetivo que permite organizar os dados de forma que emergem categorias e subcategorias temáticas, facilitando a compreensão dos fenômenos estudados.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo compreende três etapas principais: pré-análise através da leitura flutuante do material; Exploração do material: codificação, categorização e sistematização das unidades de registro e interpretação: organização dos dados categorizados.

No presente estudo, a análise de conteúdo foi utilizada para interpretar as entrevistas semiestruturadas, permitindo captar as experiências dos estudantes.

CENÁRIO DE PESQUISA

O estudo tem como cenário uma moradia estudantil que integra o programa de moradias da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com a missão de oferecer alojamento aos estudantes de graduação que apresentam vulnerabilidade social.

A população alvo deste estudo é composta por estudantes da UNESP dos cursos de: Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Física Médica, Nutrição, Enfermagem e Medicina, que residem na moradia estudantil.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram considerados critérios de inclusão: ser estudante e residir na moradia estudantil. O critério de exclusão aplicou-se aos estudantes com menos de 18 anos completos e não residentes na moradia estudantil.

A seleção dos participantes teve como objetivo possibilitar a compreensão das questões enfrentadas pelos estudantes a partir de suas próprias experiências, contribuindo para o desenvolvimento de futuras políticas públicas mais inclusivas e promovendo o empoderamento e a participação social dos alunos.

ASPECTOS ÉTICOS

A coleta de dados foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE nº 9203724.3.0000.5411, sendo realizada apenas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes. Todos os procedimentos seguiram as normas éticas estabelecidas pela Resolução CNS nº 466/2012, garantindo o respeito à autonomia, à confidencialidade e à privacidade dos estudantes envolvidos na pesquisa.

5. RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em forma de um artigo original, que contempla os objetivos propostos, intitulado: A violência do não pertencimento: experiências de universitários em uma moradia estudantil

Artigo

A VIOLÊNCIA DO NÃO PERTENCIMENTO: EXPERIÊNCIAS DE UNIVERSITÁRIOS
EM UMA MORADIA ESTUDANTIL

THE VIOLENCE OF NOT BELONGING: UNIVERSITY STUDENTS' EXPERIENCES IN
STUDENT HOUSING

Resumo

Este estudo investiga como estudantes de moradias universitárias vivem a experiência de se sentir parte (ou não) da universidade. Apesar das políticas afirmativas que ampliam o acesso a jovens historicamente excluídos, muitos enfrentam desafios que ultrapassam os muros da moradia, incluindo preconceito, microagressões e sensação de não pertencimento. A partir da perspectiva de Pierre Bourdieu e da interseccionalidade, o trabalho mostra como essas experiências são moldadas por estruturas simbólicas que favorecem alguns em detrimento de outros, especialmente aqueles que carregam marcadores sociais da diferença. Os resultados destacam que garantir a permanência desses estudantes vai além do apoio material, exigindo também ações que promovam reconhecimento, integração e a possibilidade de transformação do ambiente universitário.

Descritores: Estudantes; Educação Superior; Violências; Permanência universitária.

Abstract

This study investigates how students living in university housing experience the feeling of belonging—or not belonging—to the university. Despite policies that have expanded access for historically excluded youth, many still face challenges that extend beyond housing, including prejudice, microaggressions, and a persistent sense of exclusion. Drawing on Pierre Bourdieu's perspective and the framework of intersectionality, the research highlights how these experiences are shaped by symbolic structures that privilege some while disadvantaging others, particularly those marked by social differences. The findings underscore that ensuring the retention of these students goes beyond material support, requiring actions that foster recognition, integration, and the possibility of transforming the university environment.

Keywords: Students; Higher Education; Violence; University Retention.

Introdução

A universidade pública brasileira carrega a marca da exclusão social. Durante grande parte de sua história, o acesso ao ensino superior foi restrito às elites econômicas e culturais, excluindo grupos historicamente marginalizados. Com a implementação de políticas de democratização do acesso, como as cotas raciais e sociais, novos sujeitos passaram a ocupar esse espaço: jovens negros, indígenas, moradores de periferias urbanas e zonas rurais, oriundos de escolas públicas e, muitas vezes, marcados por trajetórias de vulnerabilidade social (Mocelin, 2019).

Para muitos desses estudantes que ingressam no ensino superior, a moradia estudantil representa a única possibilidade concreta de permanecer na universidade. Contudo, o que deveria ser um espaço de acolhimento e proteção frequentemente se revela como mais um ambiente de reprodução de violências simbólicas, institucionais e até físicas, impactando diretamente a saúde mental e a permanência desses sujeitos (Ganam; Pinezil, 2021; Rodrigues; Ramos, 2022).

Ainda que as condições materiais de existência desses estudantes sejam reconhecidas como fundamentais para a sua permanência, incluindo aspectos como

alimentação, moradia e transporte, é necessário ampliar o debate para além dos fatores econômicos. A análise deve incorporar dimensões simbólicas que permeiam a experiência universitária, as interações cotidianas, a apropriação dos espaços e a construção da afiliação estudantil. Nesse sentido, destaca-se, que permanecer simbolicamente na universidade requer apoio social entre os pares e persistência do indivíduo em frequentar o ensino superior, permitindo assim a transformação deste espaço e o pertencimento ao ambiente da universidade (Santos, 2009).

Essa permanência simbólica, portanto, está relacionada à integração plena dos estudantes à vida acadêmica e institucional, transcendendo a mera presença física ou a inclusão estatística. Ainda que se faça essa distinção entre permanência material e simbólica para fins analíticos, é importante ressaltar que ambas as dimensões estão profundamente interligadas (Santos, 2009; Rodrigues; Ramos, 2022).

Sob a ótica da permanência simbólica, emergem narrativas que evidenciam experiências de preconceito vivenciadas por esses estudantes, incluindo microagressões, discriminações veladas e explícitas, além da constante necessidade de legitimação no espaço universitário. Muitos estudantes relataram sentimentos de não pertencimento e de inferiorização, frequentemente relacionados à sua condição de cotistas. Esse cenário é agravado pela lógica meritocrática, que associa a qualidade acadêmica à trajetória de acesso, desvalorizando conquistas advindas de políticas de ação afirmativa (Grisa *et al.*, 2019, Resende; Lourenço, 2023).

No imaginário social ainda persiste a associação entre ser cotista e apresentar menor competência acadêmica, concepção desmentida por diversos estudos empíricos, mas que, ainda assim, afeta a autoestima e a autopercepção desses estudantes. Um destes estudos é o Censo da Educação Superior, realizado no ano de 2023, o qual indicou que os estudantes cotistas apresentaram uma taxa de conclusão 10 pontos percentuais maior do que a dos não cotistas (Brasil, 2024). Além disso, pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) identificou que, quando separados por área de conhecimento, os cotistas apresentam desempenho superior em cursos das áreas de artes e humanidades (Peixoto *et al.*, 2016). Tal associação social pode ser transformada em uma marca para os alunos e frequentemente internalizada, potencializando o

silenciamento de sua condição de cotistas, como mecanismo de defesa diante da constante ameaça de invalidação de sua presença no ambiente universitário (Santos, 2009, Rodrigues; Ramos, 2022).

A universidade, enquanto espaço social, é permeada por trocas simbólicas que refletem e reproduzem estruturas sociais hierárquicas. O silenciamento das pessoas mais vulneráveis também se reproduz nesta hierarquia, uma vez que as trocas entre as pessoas são sustentadas por esquemas classificatórios, os quais orientam suas práticas e percepções dentro desse ambiente. A teoria bourdieusiana permite compreender, para além das condições materiais, os mecanismos simbólicos de dominação e exclusão que operam na universidade (Bourdieu; Passeron, 1975, Wacquant, 2005)

Segundo Bourdieu (2004a), o mundo social está estruturado por práticas que são moldadas por esquemas de percepção, pensamento e ação, o habitus e por estruturas sociais compostas por disputas entre diferentes grupos. O habitus, nesse sentido, é um sistema de disposições socialmente constituídas que orienta as ações dos sujeitos de forma não consciente, sendo resultado da incorporação de experiências e posições sociais. Essas disposições moldam não apenas as práticas, mas também os modos de ver e julgar o mundo, ajustando as aspirações dos sujeitos às suas chances objetivas de sucesso. Dessa forma, o habitus ajuda a compreender como estudantes de origens populares internalizam as desigualdades simbólicas presentes na universidade, muitas vezes adaptando-se a elas ou desenvolvendo estratégias para resistir. Assim, ao adentrar a universidade, estudantes oriundos de grupos socialmente minorizados são confrontados com um espaço que, embora formalmente aberto à diversidade, permanece estruturado por lógicas que favorecem aqueles que já dominam o habitus acadêmico. (Setton, 2002; Bourdieu, 2004).

Desta forma, a universidade pode operar tanto como um espaço de tensão e exclusão quanto como um espaço capaz de promover o fortalecimento da identidade e do pertencimento. Nesse sentido, os processos de silenciamento, anteriormente experienciados em ambientes familiares e escolares, podem ser rompidos, permitindo que os estudantes construam estratégias de reafirmação de sua presença no campo universitário. Os desafios enfrentados por esses estudantes extrapolam, portanto, a

esfera material, envolvendo processos de reconhecimento e pertencimento, a existência deles é perpassada pelos diferentes marcadores sociais da diferença, de modo que experiências de privilégio e exclusão se articulam de maneira complexa, dependendo de fatores como raça, gênero e classe social (Ribas, 2025; Macedo, 2025).

Embora centrais na análise da história de um sujeito, os marcadores sociais não são fatores isolados, eles se interseccionam. Para Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é uma forma de conceituar um problema para capturar as consequências entre dois ou mais eixos da subordinação. Esses diversos eixos criam intersecções complexas que geram múltiplas e simultâneas opressões. O debate sobre a interseccionalidade está envolto das articulações dos marcadores sociais da diferença, os quais agrupam indivíduos com características semelhantes, categorizam os mesmos em determinadas posições sociais e definem atribuições específicas a estes grupos, ou seja, as diferenças são demarcações sociais, culturalmente construídas, as quais produzem e reproduzem as desigualdades (Crenshaw, 2002; Ferreira, *et al.*, 2020).

Analisar os marcadores sociais da diferença em um país construído historicamente sob a ótica eurocêntrica evidencia que as crises no modelo capitalista potencializaram o poder e a dominação do grupo dominante, atribuindo aos negros os piores lugares, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia. Sendo assim, é imprescindível que as políticas de permanência não se limitem ao suporte financeiro, mas incluam ações que promovam a integração simbólica desses sujeitos ao espaço universitário (Almeida, 2018). Diante disso, este trabalho propõe-se a analisar as percepções de estudantes sobre suas experiências de permanência na universidade, com especial atenção aos mecanismos simbólicos que operam em seus percursos. A partir da sociologia de Pierre Bourdieu, busca-se compreender como a reprodução das desigualdades se dá de maneira sutil, porém profunda, e como os estudantes constroem estratégias para resistir, pertencer e transformar esse espaço historicamente elitista e excludente.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, referenciada pela abordagem da interseccionalidade e orientada pelo modelo da história de vida tópica, que possibilita o estudo da trajetória dos participantes a partir de seus próprios relatos (Minayo, 1993; Spíndola; Santos, 2003). O estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares, sendo este manuscrito referente a segunda etapa.

Na primeira etapa, voltada à caracterização dos participantes, foram aplicados a 21 residentes de uma moradia estudantil de uma universidade pública, um questionário sociodemográfico e familiar, bem como dois instrumentos validados: o Self-Report Questionnaire (SRQ-20) e a Escala de Apoio Social (Medical Outcomes Study – Social Support Survey, MOS-SSS). O SRQ-20, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (Who, 1994) e validado no Brasil por Mari e Williams (1986), composto por 20 itens de respostas dicotômicas (sim/não) que avaliam sintomas nas quatro semanas anteriores ao preenchimento, com ponto de corte de 7 para ambos os sexos, possibilitando a identificação de sofrimento psíquico e a probabilidade de transtornos mentais comuns nos últimos 30 dias (Gonçalves; Stein; Kapczinski, 2008). Já a MOS-SSS, composta por 19 itens distribuídos em quatro dimensões (apoio emocional, material, de amigos e familiar), avalia a percepção e a disponibilidade do apoio social percebido em escala do tipo Likert, variando de “nunca” a “sempre”.

Os participantes selecionados para a segunda etapa foram aqueles que obtiveram pontuação indicativa de sofrimento psíquico no SRQ-20 e relataram situações de violência ao longo da vida ou no ambiente universitário, como trotes, assédios, sexismo e racismo. A fase qualitativa contou com 12 estudantes e foi realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, orientadas por um roteiro baseado na história de vida.

A seleção dos participantes ocorreu a partir da lista de moradores. Inicialmente, os instrumentos da primeira etapa foram enviados via Google Forms, divulgados por e-mail e aplicativos de mensagens, com apoio da comissão de moradias. Para a segunda etapa, as entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade dos estudantes.

O cenário da pesquisa foi uma moradia estudantil integrante do programa de moradias da UNESP, cujo objetivo é oferecer alojamento a estudantes de graduação em

situação de vulnerabilidade socioeconômica. A população estudada é composta por discentes matriculados nos cursos de graduação. Os critérios de inclusão consideraram ser estudante da UNESP e residir na moradia estudantil; foram excluídos aqueles com idade inferior a 18 anos.

Após a coleta, os dados foram organizados, categorizados e analisados segundo a técnica de análise de conteúdo, modalidade análise temática, de Bardin, com triangulação de diferentes métodos, incluindo a frequência de aparição de determinadas características nas entrevistas.

O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE nº 9203724.3.0000.5411, sendo conduzido após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

A amostra foi composta por 12 pessoas, com idade média de 23 anos (variando entre 19 e 32 anos) e tempo médio de residência na moradia de 2,91 anos (mínimo de menos de 1 ano e máximo de 7 anos). Metade deles, seis, se autodeclararam brancos, quatro se autodeclararam pardos e dois se autodeclararam pretos. Quanto a identidade de gênero onze deles se declararam cisgênero, sendo seis masculinos e cinco femininos, um deles não binário. Dos 12 participantes três eram heterossexuais, três homossexuais, quatro bissexual e dois pansexual.

Não houve dificuldades apontadas pelos participantes no momento de se autodeclararem, o que pode estar associado ao pertencimento, uma vez que a identificação com um gênero está intrinsicamente ligada a identidade social, que é construída a partir do pertencimento a grupos sociais e influencia a maneira como as pessoas se percebem. (Tajfel; Turner, 1979).

Tabela 1 – Caracterização sociodemográficas dos participantes do estudo.**Tabela 1: Caracterização Sociodemográfica dos Participantes (N=12)**

Característica	Categoria	n	%
Cor/Raça	Branca	6	50%
	Parda	4	33,33%
	Preta	2	16,66%
Identidade de Gênero	Masculino	6	50%
	Feminino	5	41%
	Não Binário	1	8,33%
Orientação Sexual	Heterossexual	3	25%
	Homossexual	3	25%
	Bissexual	4	33,33%
	Pansexual	2	16,66%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise das respostas ao *Self-Report Questionnaire* (SRQ) evidenciou escores que variaram entre 7 e 17 pontos, considerando o ponto de corte estabelecido, o que indica a presença de sintomas sugestivos de sofrimento psíquico entre os participantes. Destaca-se que, entre os 12 estudantes avaliados, três relataram ideação suicida em algum momento da vida. Embora o número absoluto seja limitado e não permita inferências generalizáveis, a proporção observada é relevante e sinaliza um quadro de vulnerabilidade psicossocial no grupo estudado. Esse achado reforça evidências da literatura que apontam a ideação suicida como um problema significativo entre

estudantes universitários, frequentemente associado a sobrecarga acadêmica, sofrimento emocional e fragilidades nas redes de apoio (Crispim *et al.*, 2021).

A aplicação da Escala de Apoio Social (*Medical Outcomes Study – Social Support Survey – MOS-SSS*) evidenciou pontuações que variaram de 0 a 46 pontos, considerando que o escore máximo possível é de 95 pontos. De modo geral, os resultados indicam uma percepção de apoio social classificada como média entre os participantes. No entanto, a presença de casos com pontuação nula revela situações de ausência total de percepção de apoio, sinalizando importantes fragilidades nas redes de suporte de parte do grupo estudado.

A análise desagregada das dimensões do apoio social revela um contraste expressivo entre os diferentes tipos de suporte percebido. O apoio afetivo emerge como a dimensão mais consolidada, com 81% dos estudantes (17 de 21) relatando elevada percepção de disponibilidade de pessoas para demonstrações de carinho e afeto. Em contrapartida, o apoio material configura-se como a principal vulnerabilidade, uma vez que 42,9% dos estudantes (9 de 21) referiram baixa percepção de ajuda prática, especialmente em situações de adoecimento. As dimensões de interação social positiva e de apoio emocional/informacional situam-se em um nível intermediário, sugerindo a existência de vínculos sociais, porém com limitações quanto à sua efetividade em momentos de maior necessidade.

Essas variações entre as dimensões do apoio social corroboram achados da literatura, que apontam o suporte social percebido como um fator central para a vivência acadêmica e para a preservação da saúde mental de estudantes universitários. Evidências indicam que quanto maior e mais diversificado é o apoio nas relações sociais, maior tende a ser a satisfação com a vida e mais protegida a saúde mental dos estudantes, reforçando a relevância de estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento das redes de apoio, especialmente no âmbito do suporte material (Silva; Ximenes, 2022).

Após a análise integral das entrevistas, conduzida conforme os pressupostos da análise de conteúdo, emergiram três categorias analíticas que expressam as experiências e significados atribuídos pelos participantes à vivência na moradia estudantil: 1) Dentro, mas à parte: a dor de pertencer sem ser aceito; 2) Vidas

atravessadas pela violência: experiências de universitários em moradias estudantis; e 3) Saúde mental e permanência dos universitários na moradia estudantil.

Categoria 1) Dentro, mas à parte: a dor de pertencer sem ser aceito.

A fala do Participante 1 traz à tona uma denúncia grave e revela um retrato contundente das relações de poder, hierarquia institucional e impunidade dentro do ambiente universitário, especialmente quando se trata de assédio e desigualdade estrutural. *“Eu já sofri assédio de outros professores, um assédio moral. Inclusive eu gravei, mandei para o conselho, não deu nada, infelizmente. Na ouvidoria eu mandei provas. Na época eu estava super revoltado, só que eu pensei não vou atrás porque não vai dar em nada, ela é professora da Unesp e eu sou o aluno da permanência estudantil. Eu acho que existe uma hierarquia, com certeza, dentro da faculdade. Então os professores, eles podem abusar de você, e abusar no sentido pior da palavra, mesmo sexual, moral. Eles são os reis assim dentro da faculdade.”* (Participante 1, branco, homossexual).

O relato mostra como dinâmicas autoritárias e abusivas podem se manifestar nas universidades, especialmente quando envolvem professores em posições de poder e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como os da permanência estudantil. A sensação de injustiça institucional é central nessa fala. Mesmo com provas enviadas à ouvidoria e ao conselho, a resposta foi o silenciamento ou a negligência institucional, o que reflete um padrão recorrente em muitas universidades: a proteção de figuras de autoridade e a desvalorização da voz dos estudantes, especialmente os mais vulneráveis.

Ao afirmar *“ela é professora da Unesp e eu sou o aluno da permanência estudantil”*, o participante explicita a percepção de que o lugar social dentro da universidade define o valor e a credibilidade das denúncias. Ele se vê como alguém com menos poder, menos escuta e menos direitos, reforçando a ideia de que há uma hierarquia formal e institucionalizada, brutalmente eficaz, que protege os de cima e silencia os de baixo.

As demais narrativas refletem vivências marcadas por desigualdade social, estigmatização e exclusão no contexto universitário, especialmente relacionadas à

moradia estudantil e às diferenças de classe social. *“A gente sempre tem aquele sentimento de vira lata por ser da moradia. Muitas vezes, eu já me privei de ter alguma relação com alguém por pensar: mas caso isso prossiga, vou levar a pessoa para a moradia, para ficar comigo?”* (Participante 3, branco, heterossexual)

Esse participante evidencia o estigma social associado à moradia estudantil, frequentemente vista como um espaço de pobreza e/ou marginalidade. O termo “sentimento de vira-lata” remete à ideia de inferioridade internalizada, de não se sentir digno em comparação a outros estudantes, especialmente os de condições sociais mais altas. A autoprivação afetiva demonstra como o preconceito de classe afeta não só a vivência acadêmica, mas também a dimensão íntima e emocional dos estudantes de baixa renda, que passam a restringir seus próprios laços por medo de julgamento.

O participante 4 expôs a falta de empatia e de consciência de classe por parte de outros estudantes, sugerindo que o sofrimento social vivenciado não se dá apenas pelas condições materiais, mas também pela omissão ou indiferença dos outros em reconhecer essas desigualdades. A fala revela um dilema: a responsabilidade de explicar e justificar a própria condição social recai sobre quem já é oprimido, o que gera um sentimento de injustiça e cansaço emocional.

A crítica à ausência de esforço coletivo para compreender outras realidades mostra o isolamento e a carga simbólica da desigualdade *“Eu sinto o que eu passei foi mais culpa das outras pessoas não se esforçarem pra ver uma realidade diferente das que elas vivem, consciência de classe, eu não vou chegar naquela pessoa e falar, olha, você tem que me respeitar porque eu sou pobre”* (Participante 4, preto, bissexual)

A sensação de invisibilidade social e de apagamento dentro do ambiente universitário foi narrada na entrevista do participante 5, especialmente em espaços como as repúblicas, que muitas vezes são marcadas por dinâmicas de privilégio. A percepção de que os outros “não fazem questão de entender” revela uma barreira simbólica, em que o desconhecimento não é apenas falta de informação, mas desinteresse ativo, o que agrava a exclusão. A fala expressa dor e solidão, remetendo à ideia de não pertencimento e de desumanização, como se a existência do sujeito fosse ignorada deliberadamente. *“Eu sentia que elas (pessoas da rep) não entendiam, que elas não faziam questão de entender, como se você nem existisse”* (Participante 5, pardo, bissexual)

As narrativas contextualizam um cenário de exclusão social universitária, onde estudantes de baixa renda enfrentam não apenas desafios econômicos, mas também barreiras simbólicas, afetivas e relacionais. Esses relatos demonstram como a desigualdade de classe impacta profundamente a subjetividade dos estudantes, moldando sentimentos de vergonha, isolamento e autos silenciamento.

A escassez de recursos e o desgaste físico e emocional enfrentado por estudantes em processos de deslocamento e adaptação, como narrado pelo participante 3, refletem a ausência temporária de uma moradia adequada ou de itens básicos, como um colchão e insere-se em um contexto mais amplo de negligência estrutural. *“Quando cheguei, como eu iria para uma república, eu não levei colchão porque ela tinha cama. Por dois dias eu dormi no chão e depois conseguiram colchão de ar, só que rasgou e eu fiquei até o período de ir para a moradia, dormindo basicamente no chão. E a época de abril e maio é bem frio, lembro que eu acordava passando mal de frio”* (Participante 3, branco, heterossexual)

Deste modo, é possível, portanto, compreender a universidade não apenas como um espaço de formação acadêmica, mas também como um campo de disputas simbólicas e materiais, onde a permanência exige mais do que mérito, requer políticas públicas atentas às condições reais desses sujeitos.

Categoria 2) Vidas atravessadas pela violência: experiências de universitários em moradias estudantis

No discurso dos participantes é possível identificar diversas violências, como homofobia, racismo, sexismo e classismo. O participante 2 revela a intersecção entre a violência e a saúde mental, *“Na adolescência tive brigas físicas, na faculdade tive uma acusação grave e virou um problema do qual eu não tive chance de me explicar. Cheguei a planejar suicídio”* (Participante 2, pardo, heterossexual).

As diversas formas de violência podem ser disparadoras de adoecimento mental, podendo contribuir para prejuízos relacionados à saúde mental, como aponta o participante 3: *“Sempre houve diversas formas de violência dentro da moradia, na*

verdade. Lembro que no meu primeiro ano teve gente que por problemas pessoais, já tentou se matar na própria moradia” (Participante 3, branco, heterossexual).

Embora os pensamentos e/ou tentativas de suicídio tenham múltiplos determinantes e não possam ser atribuídos exclusivamente à violência vivenciada, a presença de marcadores sociais somada a essas situações aumenta os riscos para os participantes.

Alguns relatos evidenciam a intersecção entre racismo e classismo. No relato abaixo, a participante descreve experiências de exclusão social e restrições econômicas: *“No meu primeiro ano da graduação eu ainda usava as roupas que dava. Eu comecei a investir em mim quando eu comecei a ganhar bolsa. Eu era de uma república que só tinha menina branca, os caras só conversavam com as meninas brancas. A Semana do Terror foi esgotante (trote).* (Participante 4, preto, bissexual)

Neste relato, observa-se que o classismo se manifesta na impossibilidade de escolha de roupas antes do auxílio financeiro, enquanto o racismo se evidencia na percepção de exclusão social, sendo a única participante preta em seu ciclo social. Além disso, a fala também aponta para uma terceira forma de violência: o trote universitário, realizado na “Semana do Terror” das repúblicas, que inclui rituais exaustivos, como permanecer sem tomar banho, realizar atividades à noite e ingerir bebidas alcoólicas, provocando forte desgaste físico e psicológico à participante.

Outros relatos trazem a presença do trote universitário, como a seguir: *“Na faculdade tinha as questões de trote, a famosa semana do terror, que acho que até hoje tem”.* (Participante 7, pardo, homossexual), a presença do trote está enraizada nas repúblicas universitárias, reforçando desde a chegada dos novos ingressantes a hierarquia universitária e mostrando quem são as pessoas que detém poder. Muitos alunos submetem-se ao trote com receio de sofrerem exclusão e o não pertencimento a este novo ambiente universitário.

Outro fator que se revela importante no pertencimento é o local onde a pessoa reside, havendo discriminação e preconceitos direcionados à moradia estudantil *“Eu sabia que a moradia era muito julgada pelas pessoas que não eram da moradia. Tinha gente que achava que a moradia era suja, tipo esgoto”.* (Participante 4, preto, bissexual). Ao comparar a moradia estudantil com esgoto, percebemos que assim como no

movimento higienista, perdura-se a comparação da pobreza a aquilo que é sujo, corroborando para a exclusão social dos alunos que necessitam deste espaço.

Além disso, há também uma violência institucional, que pressupõe que todos os alunos ingressam na universidade com um mesmo “grau” de conhecimento, e espera que todos consigam alcançar o mesmo rendimento, como revela o participante a seguir: *“A instituição é violenta às vezes no seu discurso. Um discurso de não reclamar nunca. Só tenha um bom desempenho acadêmico”*. (Participante 5, pardo, bissexual)

O desempenho acadêmico dos estudantes das universidades públicas carrega histórias de luta que não se encerram com a aprovação no vestibular. A conquista da vaga representa apenas o início de uma trajetória marcada pelo esforço contínuo para permanecer na instituição, sem contar a trajetória que antecede a aprovação, ou seja, o estudante chega na universidade enfrentando desigualdades que um sistema aparentemente igualitário insiste em ocultar ao desconsiderar as diferenças de origem e de condições de vida entre os alunos.

Cada estudante traz consigo uma história singular, atravessada por experiências familiares que influenciam não apenas sua formação pessoal, mas também sua permanência e desempenho acadêmico. Em muitos casos, essas histórias revelam episódios de violência doméstica que deixam marcas profundas. Como relatou um dos participantes: *“Eu lembro que gostava de assistir televisão até um pouco mais tarde, eu dava risadas um pouco mais alto, isso incomodava, lembro a última vez que meu avô queria me bater, eu enfrentei ele de não aceitar mais fazer o que fazia comigo”*. (Participante 8, branco, heterossexual).

Esse depoimento ilustra como a violência familiar, muitas vezes silenciada, se faz presente no percurso desses jovens, afetando não apenas sua vida emocional, mas também a forma como enfrentam os desafios da universidade.

A violência se amplia quando se cruzam outras dimensões, como racismo e homofobia, que se manifestam tanto no espaço privado quanto no espaço público, como no depoimento a seguir: *“Minha mãe sempre usava a música do Racionais, “o negro tem que ser duas vezes mais”, meu pai era branco e minha mãe era negra. E aí, a filha do meu pai falava, “o negrinho não vai ser nada; um dia estava saindo da faculdade, um carro parou e começou a me xingar de veadinho, de negrinho, essa violência me marcou*

muito, porque eu nunca tinha sofrido homofobia na rua". (Participante 12, preto, homossexual).

O relato demonstra o entrelaçamento entre múltiplas opressões, que ultrapassam as paredes da casa e se reproduzem em espaços públicos, inclusive na universidade. Desta maneira, falar de permanência estudantil é também falar das marcas da violência, do racismo e da homofobia que atravessam esses corpos e subjetividades. A universidade não deve se limitar a ser apenas o espaço intelectual, mas deve também se responsabilizar por reconhecer e acolher as histórias que chegam até ela.

Categoria 3) Saúde mental e permanência dos universitários na moradia estudantil

Caminhar rumo à permanência digna dos alunos envolve cuidar também da saúde mental. As narrativas dos participantes revelam que o suporte psicológico oferecido pela universidade é muitas vezes reativo, surgindo apenas diante de tragédias, e não como uma política estruturada e contínua: *"Teve uma época em que acho que duas ou três pessoas se suicidaram em um período muito próximo, contrataram uma psicóloga e uma psiquiatra. Hoje eu tomo medicamento, mas já estou sem receita, vou ter que procurar através do SUS"*. (Participante 1, branco, homossexual).

A descontinuidade no cuidado pode gerar prejuízos ainda maiores, uma vez que os estudantes permanecem em contextos de vulnerabilidade social e acadêmica, onde o medo constante de fracassar se transforma em fonte de estresse crônico: *"Acho que esse medo das coisas não darem certo é uma coisa presente que faz a gente viver em constante estresse"*. (Participante 5, pardo, bissexual)

Conviver diariamente com esse nível de estresse impacta diretamente a saúde física e emocional, como apontou outro participante: *"O estresse era tão elevado que eu não conseguia mais, o psicólogo até falou que se eu não parasse, ia acabar tendo um AVC. Acho que eu consigo agora lidar com problemas que antes não conseguia, só via a morte em tudo, qualquer probleminha. A pessoa que não é branca, tem que ficar sempre se explicando, sempre. Aí a pessoa LGBT também. Ficar sempre falando é desgastante. Já estou cansado e a pessoa que eu tinha de referência foi acusado de assédio, o Silvio de Almeida, que era quem eu lia os livros"*. (Participante 2, pardo, heterossexual)

Esses relatos evidenciam que a saúde mental não pode ser reduzida a consultas médicas e uso de medicamentos, ela está intrinsecamente ligada às condições sociais, econômicas e às violências cotidianas vividas pelos estudantes. Pensar permanência é também falar de efetivação de políticas institucionais de saúde mental que sejam contínuas e interseccionais.

A saúde mental dos estudantes aparece marcada por situações-limite, em que a pressão por permanência, associada à insegurança financeira e às desigualdades sociais, pode levar a pensamentos suicidas. Como relatou um participante: *“Passei por coisas muito difíceis, eu já fiquei pensando em me jogar na ponte. É difícil, sabe? Quando a gente é da permanência, não é só questão de mais tempo, é também questão de pensar em dinheiro. Teve uma fase muito difícil mesmo que, eu quase me matei dentro da faculdade. Mas teve pessoas que me ajudaram”*. (Participante 4, preto, bissexual).

Esse sofrimento não é vivido apenas de forma individual, mas se articula a problemas estruturais que afetam coletivamente os estudantes. Como afirmou outro participante: *“as emoções são bem instáveis. Mas eu entendo isso como um problema muito social, sabe? problema coletivo”*. (Participante 9, branco, bissexual)

A dimensão coletiva do sofrimento se evidenciou ainda mais durante a pandemia, quando o isolamento trouxe à tona lembranças dolorosas e aprofundou sentimentos de solidão e rejeição: *“Durante a pandemia foi a pior fase pro meu psicológico, porque muitas coisas que aconteceram no passado eu ficava relembando e achando que eu era uma pessoa horrível, que ninguém gostava de mim, eu fiquei completamente sozinha durante o ensino médio, me afastei de todo mundo, até da minha família”*. (Participante 10, branco, bissexual)

As narrativas demonstram que a saúde mental na universidade não pode ser vista apenas da ótica individual. Considerando os atravessamentos de ordem socioeconômicas e as desigualdades estruturais, se faz necessário políticas institucionais que reconheçam a dimensão coletiva.

Discussão

Os participantes deste estudo tiveram suas trajetórias de vida marcadas por vulnerabilidade socioeconômica, gênero e raça, sendo tais vivências estendidas ao ambiente universitário que demarcam tensões emocionais, sociais e institucionais vividas por estudantes que conseguem acessar o ensino superior, mas enfrentam dificuldades para permanecer

Os participantes relataram vivenciar o que podemos chamar de uma inclusão excludente, ou seja, eles pertencem formalmente à instituição, mas são sistematicamente deixados à margem do seu funcionamento simbólico, social e afetivo. Essa condição gera uma tensão emocional profunda, marcada pela sensação de "estar dentro, mas à parte". A escola e, por extensão, a universidade, reproduz desigualdades sociais ao exigir um *habitus* cultural que muitos estudantes das classes populares não possuem. Assim, esses sujeitos ingressam na universidade com um "capital cultural" diferente daquele que é valorizado institucionalmente, o que os coloca em uma posição de desvantagem simbólica. Eles sentem que precisam se adaptar constantemente a um ambiente que não foi pensado para eles (Bourdieu; Passeron, 1975). Essa realidade é intensificada muitas vezes pelas barreiras socioeconômicas, sendo importante políticas de permanência estudantil, como auxílios financeiros, moradia, alimentação e transporte suficientes para garantir uma permanência digna. Vale lembrar que a exclusão não é apenas material, mas também simbólica e afetiva: estudantes relatam sentimentos de solidão, desamparo e de não pertencimento (Neves, 2020).

Além disso, a universidade, muitas vezes idealizada como um espaço de emancipação, liberdade intelectual e crescimento pessoal, nem sempre representa um refúgio seguro para todos os seus integrantes. Para estudantes que residem em moradias estudantis, oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, o cotidiano acadêmico é marcado não apenas pelos desafios inerentes à formação superior, mas também por experiências contínuas de violência, simbólica ou explícita, que atravessam suas trajetórias (Lacerda; Valentini, 2018).

Esses estudantes, em muitos casos, são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. A conquista da vaga na universidade pública e do direito à moradia estudantil é resultado de lutas coletivas por inclusão e permanência. No

entanto, mesmo inseridos na universidade, continuam sendo alvos de práticas discriminatórias que refletem o racismo estrutural a desigualdade social e a marginalização de corpos periféricos. A moradia estudantil, ao mesmo tempo em que representa um espaço de resistência e sobrevivência, também pode se tornar um palco de tensões, conflitos e reprodução de violências que os moradores já vivenciavam fora do ambiente acadêmico (Bourdieu, 2003; Mbembe, 2018; Hooks, 2019).

A violência manifesta-se de diversas formas, desde a negligência institucional em relação às condições de habitação, segurança e assistência básica, até as violências interpessoais que se instalam no cotidiano da convivência coletiva, como o machismo, a LGBTfobia, o racismo e o capacitismo. Tais violências são muitas vezes naturalizadas e invisibilizadas, o que remete ao conceito de violência simbólica o qual descreve os mecanismos sutis pelos quais a dominação é imposta e legitimada nas relações sociais e institucionais (Bourdieu, 2003). O campo universitário é um microcosmo social com regras próprias, onde diferentes formas de capital estão em disputa e conforme o volume e tipo de capital fica determinada a posição dos agentes, que possuem a capacidade de agir e influenciar nesse espaço. O capital simbólico, em particular, é fundamental para compreender as disputas por reconhecimento e legitimidade no espaço acadêmico, sendo atribuído a partir do valor socialmente reconhecido de determinadas características ou trajetórias (Bourdieu, 2001, 2004).

Nesse sentido, a universidade, com sua história pautada nos interesses das pessoas que possuíam destaque social e condições econômicas superiores, impõe aos estudantes de classes populares a necessidade de se adaptarem a códigos, linguagens e comportamentos que lhes são, muitas vezes, estranhos (Bourdieu; Passeron, 1975). Esse processo pode gerar sentimentos de inadequação e de exclusão simbólica, mesmo quando há acesso material, a dominação simbólica é perigosa justamente por se dar de forma invisível, naturalizada, por meio da correspondência entre estruturas sociais objetivas e estruturas mentais subjetivas (Wacquant, 2005). Além disso, o estigma social atribuído aos residentes de moradias estudantis, frequentemente vistos como "alunos de segunda classe", reforça um processo de exclusão que compromete a saúde mental, o desempenho acadêmico e a própria permanência desses estudantes na universidade, contribuindo para o enquadramento de determinados corpos desvalorizados e

deslegitimados dentro das estruturas sociais, inclusive na esfera educacional. (Judith Butler, 2018)

É necessário, portanto, compreender as moradias estudantis não apenas como espaços físicos de habitação, mas como territórios de disputas simbólicas e materiais. As histórias de vida dos moradores são atravessadas por violências que se atualizam na experiência universitária, tornando urgente a construção de políticas públicas de permanência que sejam interseccionais, participativas e sensíveis às realidades desses sujeitos (Crenshaw, 2002).

A saúde mental, neste contexto, não pode ser entendida apenas como uma questão individual. Trata-se de um fenômeno social e político, pois reflete diretamente as condições materiais de existência, os atravessamentos históricos e os processos de subjetivação. Na vivência universitária, especialmente em espaços como as moradias estudantis, adoecer psicologicamente é, muitas vezes, uma reação ao cotidiano de exclusão, à pressão por desempenho e à falta de reconhecimento institucional (Kehl, 2009; Fano, 2022). Sabe-se que muitos estudantes chegam à universidade carregando o peso de serem "representantes" de suas comunidades, de suas famílias, e enfrentam um ambiente acadêmico que ainda privilegia padrões brancos, eurocentrados e elitistas. A universidade reproduz a violência simbólica ao naturalizar essas desigualdades, fazendo com que estudantes das classes populares sintam que não pertencem a esse espaço. Isso intensifica sentimentos de inadequação, ansiedade, depressão e, em casos extremos, leva ao abandono do curso (Bourdieu, 2003).

O que se observa nas moradias estudantis é a confluência de múltiplas vulnerabilidades: precariedade estrutural, conflitos interpessoais, falta de privacidade, insegurança alimentar, racismo, LGBTfobia e, muitas vezes, negligência institucional. Essas condições tornam o ambiente um espaço de sobrevivência não apenas física, mas também emocional. Reconhecer os corpos e as subjetividades marginalizadas que compõem a universidade potencializa a construção de espaços de escuta e cuidado e contribui para uma prática educativa comprometida com a emancipação e a transformação social e libertadora (Hooks, 2019)

Além disso, a ausência ou precariedade de serviços de apoio psicológico nas universidades pode agravar o sofrimento psíquico dos estudantes. O discurso da

“resiliência” frequentemente recai sobre os próprios indivíduos, culpabilizando-os por não suportarem as pressões do sistema, em vez de problematizar as estruturas institucionais que produzem e sustentam o adoecimento. Nesse contexto, a noção de precariedade de certos corpos, mais expostos a vulnerabilidades sociais e cujas experiências de sofrimento nem sempre são reconhecidas ou legitimadas, permite compreender a situação vivenciada por parte dos estudantes universitários (Butler, 2018).

A permanência estudantil, portanto, não pode se limitar a auxílios financeiros. É urgente uma abordagem interseccional, que considere os marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade e território. É preciso políticas públicas que promovam o cuidado em saúde mental de forma estruturada e continuada, com equipes multidisciplinares, escuta qualificada e espaços seguros de acolhimento. Mais do que isso, é necessário transformar a cultura institucional universitária, combatendo o elitismo acadêmico, o racismo estrutural e todas as formas de violência que corroem a experiência universitária dos estudantes das moradias.

Enquanto isso, são os próprios estudantes que têm se organizado em redes de apoio, coletivos autônomos, ações solidárias e rodas de conversa. Nessas práticas emergem estratégias de resistência e cuidado coletivo que desafiam a lógica individualizante da saúde mental. A escuta entre pares, o afeto, a partilha de vivências e o ativismo têm sido formas de “ficar vivo” dentro da universidade. A luta por permanência, portanto, é também uma luta por saúde mental e vice-versa. Reconhecer isso é fundamental para construir uma universidade verdadeiramente democrática, inclusiva e humanizada.

Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam que o acesso ao ensino superior não garante, por si só, condições de pertencimento e permanência para estudantes residentes em moradias estudantis. As experiências analisadas revelam a persistência de desigualdades estruturais relacionadas à classe social, raça, gênero e sexualidade, que se reproduzem no interior da universidade por meio de processos de inclusão excludente, violências simbólicas e negligência institucional, com impactos diretos sobre a saúde mental.

A universidade, organizada a partir de um habitus acadêmico elitizado, impõe aos estudantes das classes populares constantes esforços de adaptação, produzindo sentimentos de inadequação, não pertencimento e sofrimento psíquico. As moradias estudantis emergem, nesse contexto, como espaços ambíguos: ao mesmo tempo em que possibilitam a permanência, também concentram precariedades estruturais e conflitos interpessoais, intensificando vulnerabilidades já presentes nas trajetórias desses sujeitos.

Os achados reforçam que o adoecimento psíquico não deve ser compreendido de forma individualizada, mas como expressão de determinantes sociais e institucionais. Ainda que este estudo se limite a um número reduzido de participantes e a um único contexto institucional o que restringe a generalização dos resultados, as evidências apontaram para padrões consistentes de exclusão simbólica e sofrimento, em consonância com a literatura.

Apesar disso, o estudo destacou a potência das estratégias coletivas de cuidado e resistência construídas pelos próprios estudantes, que tensionam a lógica individualizante da saúde mental. Tais achados reforçam a necessidade de políticas de permanência estudantil interseccionais, que ultrapassem o enfoque financeiro e incorporem ações estruturadas de promoção da saúde mental, contribuindo para a transformação da cultura institucional universitária.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a. p. 149-168.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004b.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023**: indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso. Brasília, DF: MEC/Inep, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 12 jan. 2026.

CRISPIM, M. O. *et al.* Prevalence of suicidal behavior in young university students: A systematic review with meta-analysis. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 29, p. e3495, 2021.

FANON, F. **Os condenados da terra**. São Paulo: Brasiliense, 2022.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. e228757, 2021.

GOMES, N. L. **Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRISA, G. D.; NEVES, C. E. B.; RAIZER, L. Percursos acadêmicos de estudantes cotistas. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 6, p. e020026, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338815022_Percursos_academicos_de_estudantes_cotistas. Acesso em: 22 nov. 2025.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

MACEDO, R. C. C. Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde: contribuições para a análise das desigualdades sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. e220319, 2025.

MATTOS, H. C. X. S.; FERNANDES, M. C. S. G. Desafios simbólicos da universidade: a perspectiva de estudantes sobre a permanência. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, p. e85943, 2022.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUEIROZ, M. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 342-344, 1992.

PEIXOTO, A. L. A. *et al.* Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 21, n. 2, p. 569-592, 2016.

RESENDE, M. L. S.; LOURENÇO, C. D. S. Violência simbólica no ensino após as cotas: inserção, exclusão e mudanças no campo acadêmico. **Gestão Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 21, n. 1, p. 7-23, 2023.

RIBAS, J. R. Entre o direito e o estigma: juventudes cotistas e as contradições das políticas públicas na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 15., 2025, Montes Claros (MG). **Anais Eletrônicos** [...]. Montes Claros: RAM, 2025. Disponível em: <https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=59>. Acesso em: 22 nov. 2025.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, E. S. S.; RAMOS, B. S. S. Adentrando uma moradia estudantil feminina: opressão e desumanização no contexto de estudantes pobres. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 9, n. 00, p. e023014, 2022. DOI 10.20396/riesup.v9i00.8665690. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665690>. Acesso em: 22 nov. 2025.

ROSA, E. G.; ALVES, M. C. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 40, p. e229978, 2020. Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/d5kWsM4mt5fPmjnPMPRYJKS/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqqhYyw4mmn5m8pw/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Discussões sobre saúde mental e suporte social entre estudantes universitários. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 15, n. 1, 2022. DOI 10.32813/2179-1120.2022.v15n1.a850.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/rvCVnHXs6RSXnK7vBgDGL5t/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2025.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. An integrative theory of intergroup conflict. *In*: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, S. (org.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey: Brooks/Cole, 1979. p. 33-47.

WACQUANT, L. Hacia una praxeología social: la estructura y la lógica de la sociología de Bourdieu. *In*: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. p. 15-59.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Realizar este estudo possibilitou adentrar as trajetórias de estudantes residentes na moradia estudantil. Ao ouvir suas percepções, foi possível compreender que as vulnerabilidades não começam nem se encerram no acesso ao ensino superior: elas se estendem à permanência, que exige não apenas condições materiais, mas também ações simbólicas que garantam pertencimento.

O estudo evidenciou que os estudantes que integram a moradia estudantil compõem um grupo significativamente diverso, refutando a ideia de um padrão único de estudante e reforçando que os estigmas e estereótipos são preconceitos sociais. Nesse sentido, observou-se uma variedade no perfil sociodemográfico em relação a cor/raça, identidade de gênero e orientação sexual. Essa diversidade pode ser um reflexo das políticas de ação afirmativa e de inclusão, ao mesmo tempo em que exige da instituição um olhar interseccional para que a permanência universitária seja efetivamente ampliada.

O perfil psicossocial revelou que os desafios dos estudantes ultrapassam os muros da moradia. As vulnerabilidades socioeconômicas são agravadas por fatores simbólicos, como o preconceito, as microagressões e a sensação de não pertencimento. O esforço contínuo para conciliar os estudos com as dificuldades financeiras e o enfrentamento dessas diversas formas de violência gera uma sobrecarga, com reflexos na saúde mental dos estudantes.

A trajetória de vida dos estudantes demonstrou fatores comuns ao grupo, sobretudo a vivência de violências que impactam diretamente o bem-estar e podem levar

ao adoecimento. Embora cada estudante traga consigo uma história singular, muitas vezes atravessadas por experiências familiares complexas, essas vivências influenciam não apenas a formação pessoal, mas também as condições e o desempenho necessários para a permanência acadêmica.

Diante deste cenário de vulnerabilidade e violência, torna-se fundamental tensionar a cultura institucional, combatendo o elitismo acadêmico, o racismo estrutural e todas as formas de violência que corroem a experiência dos estudantes. Nesse cenário, destacam-se as redes de apoio e o ativismo estudantil como estratégias de resistência e sobrevivência dentro da universidade.

Por fim, este mapeamento reforça a relevância das lutas sociais, que nunca estarão totalmente concluídas. É preciso manter-se em movimento pela construção de políticas públicas e institucionais mais justas, com ênfase na garantia da permanência estudantil e na valorização da diversidade que compõe o espaço universitário, com a manutenção e criação de programas mais perenes aos alunos e envolvimento de diferentes atores e setores institucionais

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA DISSERTAÇÃO

ALMEIDA, L. Y. *et al.* Avaliação do apoio social e estresse em estudantes de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 52, p. e03350, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/WMkqg9DjzJDdkyfNyLYC9qB/?lang=pt#>. Acesso em: 4 dez. 2025.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, M. L. S. Trajetória da política de assistência estudantil no Brasil. **Políticas Educativas** – PolEd, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 1-17, 2024.

BARBOSA, M. L. O. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? **Educação e Pesquisa**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151939932019000200240&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 dez. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. S. X. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 1083-1104, 2014.

BAYMA, F. Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012.

BASTOS, J. L. *et al.* Age, class and race discrimination: their interactions and associations with mental health among Brazilian university students. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 175-186, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3KQynDhm8MZ934chDz5xTCp/?lang=en>. Acesso em: 4 dez. 2025.

BUDESCU, M.; SILVERMAN, L. R. Kinship support and academic efficacy among college students: a cross-sectional examination. **Journal of Child and Family Studies**, New York, v. 25, n. 6, p. 1789-1801, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10826-016-0359-z>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CARDONA-ARIAS, J. A. *et al.* Prevalencia de ansiedad en estudiantes universitarios. **Diversitas: Perspectivas en Psicología**, Bogotá, v. 11, n. 1, p. 79-89, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15332/s1794-9998.2015.0001.05>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. S. Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059/8802>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 205-234, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/xwLJY7HjWj6DZrbG85cPwgp/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CHAUÍ, M. **Seminário universidade**: por que e como reformar? Brasília, DF: SESU / MEC, 2003.

COLLARES, A. C. M. *et al.* **A equidade na Universidade de Brasília**: um estudo sobre perfil socioeconômico dos estudantes, ambiente e vida universitária. Brasília, DF: FORGES, UnB, IFB, 2019. Disponível em: https://publicacoes.riqual.org/wpcontent/uploads/2021/06/Forges_19_46_55-1.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

COSTA, A. G.; LUDERMIR, A. B. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 155-164, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YMVCCxXwnxwzBcrJmDtwtm/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

COSTA, G. C. O.; OLIVEIRA, P. Moradias estudantis: uma política pública na consolidação do direito à cidade. 2012. *In*: SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA, 12., 2012, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2012.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-182, 2002.

DUMARESQ, Z. M. R. M. **Análise da política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Ceará** – *campus* de Fortaleza sob o olhar dos discentes. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8995/1/2014_dis_zmmdumaresq.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

FAWZY, M.; HAMED, S. A. Prevalence of psychological stress, depression and anxiety among medical students in Egypt. **Psychiatry Research**, New York, v. 255, p. 186-194, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.05.027>. Acesso em: 4 dez. 2025.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Gq8c9dWsgVskC3LDcnV8j9H/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 4 dez. 2025.

FERNANDES, A. G. N. **Moradia estudantil modular sustentável**. 2022. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Construção Civil – Modalidade Edificações) – Centro Paula Souza, São Paulo, 2022.

FERREIRA, A. A. L. *et al.* Diferenças e interseccionalidades nas organizações: análise das representações de líderes nos filmes amor sem escalas, o diabo veste prada e um senhor estagiário. **READ Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 819-850, 2020.

GARCIA, L. M.; CAPELLINI, V. L. M. F.; REIS, V. L. Saúde mental na universidade: a perspectiva de universitários da permanência estudantil. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 17, p. 167-181, 2020. Disponível em:

<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3593/3136>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 161-170, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/MfV598kP939NXstKtDxHnBc/#ModalTutorshhttps://repositorio.unesp.br/items/8e79a642-dd34-4391-83e4-3519c1a62ba9>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 779-798, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/3QxT6X7P6GzCG9hkBg9Db3d/#>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GONÇALVES, B. L.; SCHWANZ, A. K. O surgimento e evolução das moradias estudantis num contexto mundial, nacional, regional e local. *In*: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 25., 2020, Cruz Alta (RS). **Anais eletrônicos** [...]. Cruz Alta: Unicruz, 2021.

GONÇALVES, D. M.; STEIN, A. T.; KAPCZINSKI, F. Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 380-390, 2008.

GRIEP, R. H. *et al.* Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 703-714, 2005.

HENRIQUES, C. G. P.; MERÇON-VARGAS, E. A.; ROSA, E. M. Vivências de violência

e percepção do medo entre estudantes universitários. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812023000100049. Acesso em: 4 dez. 2025.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília, DF: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 807).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Educação 2024**: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. 16 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2025b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 4 dez. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 4 dez. 2025.

KARNAL, C. L. *et al.* Fatores de proteção em estudantes bolsistas do programa universidade para todos. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 487-496, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/9VS97Z83PhvZKP4RqZrh3zh/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 4 dez. 2025.

KOWALSKI, A. V. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LACERDA, I. P.; YUNES, M. Â. M. M.; VALENTINI, F. Permanência no Ensino Superior e a Rede de Apoio de Estudantes Residentes em Moradia Estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, p. e022026, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S244694242022000100303&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 dez. 2025.

LIMA, S. T. B. Direitos humanos dos negros: racismo estrutural, necropolítica, interseccionalidade e o mito da democracia racial no Brasil. **REH - Revista Educação e Humanidades**, Manaus, v. 1, n. 2, p. 119-132, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/7917/5634>. Acesso em: 4 dez.

2025.

LIMA, V. D. *et al.* Saúde mental no ensino superior: revisão de literatura. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 26, n. 3, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/76204>. Acesso em: 4 dez. 2025.

LEÃO, T. M.; GOTO, C. S.; IANNI, A. M. Z. Sofrimento psíquico na universidade e o campo da Saúde Mental Coletiva: uma revisão integrativa de 46 anos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. e16382023, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Z36yHBD564GkfjJv4x9BdfR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2025.

MARCONDES, M. M. *et al.* (org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2013.

MARI, J. J.; WILLIAMS, P. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. **British Journal of Psychiatry**, Cambridge, v. 148, n. 1, p. 23-26, 1986.

MAYORGA, C.; SOUZA, L. M. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 206-221, 2012.

MAYRA, S. S. *et al.* Relação entre suporte familiar, saúde mental e comportamentos de risco em estudantes universitários. **Acta Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 143-154, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012391552010000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 dez. 2025.

MELLO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, p. 163-173, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>. Acesso em: 4 dez. 2025.

MENEGHEL, S. N. Será a universidade imune às discriminações sociais? **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p. e190577, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190577>. Acesso em: 4 dez. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOCELIN, C. E. Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 81-91, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YFqV9GQNXbknqC4M9LF3SCG/?lang=pt#>. Acesso em: 4 dez. 2025.

MONT'ALVÃO, A. A dimensão vertical e horizontal da estratificação educacional. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 13-20, 2016.

MOURA, R. R.; POSSATO, S. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho e suas repercussões na vida dos jovens: apontamentos a partir de uma experiência em comunidade periférica de Ponta Grossa-PR. **Revista Eleuthera**, Manizales, v. 7, p. 193-220, 2012. Disponível em: <https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/eleuthera/article/view/5027>. Acesso em: 4 dez. 2025.

NASCIMENTO, J. Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social. **Studies in Education Sciences**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 104-117, 2023. DOI 10.54019/sesv4n1-008. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/ses/article/download/984/875>. Acesso em: 4 dez. 2025.

NOGUEIRA, M. J.; SEQUEIRA, C. A saúde mental em estudantes do ensino superior: relação com o gênero, nível socioeconômico e os comportamentos de saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Lisboa, especial. 5, p. 32-41, 2017. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/34824>. Acesso em: 4 dez. 2025.

OLIVEIRA, A. B. C. O Enem como processo seletivo para o ensino superior: algumas considerações sobre a democratização do acesso e sobre o construto do exame. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17/18, p. 156-167, 2016.

SILVA, M. G. M; NOGUEIRA, P. S. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, Sinop, v. 27, n. 2, p. 19-37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3944/3137>. Acesso em: 5 dez. 2025.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 129-138, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/jXj8kc8WmhVHGsy3J3Y9Stn/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos. *In*: SANTOS, S. A. (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 43-60.

POLETTTO, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 405-416, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2025.

RIBEIRO, W. S.; MENDES, M. T. Racismo estrutural e permanência de estudantes negras/os na universidade. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/92685>. Acesso em: 4 dez. 2025.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Exaequo**, Lisboa, n. 33, p. 149-161, 2016. Disponível em: https://exaequo.apemestudos.org/files/2016-07/10_MULHERES_NO_ENSINO_SUPERIOR_BRASILEIRO.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WJjnYYS6fDhpDgMFVzqbP7L/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SANTOS, C. M. O acesso ao ensino superior no Brasil: a questão da desigualdade social. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 19, p. 5-19, 1998. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v06n19/v06n19a05.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no Ensino Superior como política de Ação Afirmativa. 2009. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, J. P. L.; MOREIRA, N. R. Mulher negra e educação superior: impasses históricos e atuais. In: COLÓQUIO NACIONAL, 12.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 5., 2017, [S.l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: [s. n.], 2017.

SELMA, R. F. As cotas raciais como política de ação afirmativa para a equidade de acesso ao ensino superior. **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 8, n. 12, p. e3048123041, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662203041>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SOARES, C. B.; BONETTI, A. L. Marcadores sociais da diferença na experiência escolar de jovens estudantes negras. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 488-500, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/p67j3pL8DSGTqgbZqY4Ndrc/#ModalTutors>. Acesso em: 4 dez. 2025.

SOBRAL, J. M.; GONÇALVES, C. M.; COIMBRA, J. L. A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2009.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 60-67, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>. Acesso em: 4 dez. 2025.

TORCHE, F.; RIBEIRO, C. C. Parental wealth and children's outcomes over the life-course in Brazil: A propensity score matching analysis. **Research in Social Stratification and Mobility**, New York, v. 30, n. 1, p. 79-96, 2012.

UNESCO. **Decifrar o código**: educação de meninas e mulheres em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000253479>. Acesso em: 4 dez. 2025.

UNESP. **UNESP completa dez anos de políticas destinadas a apoiar a permanência estudantil**. São Paulo: Jornal da UNESP, 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/10/22/unesp-completa-dez-anos-de-politicas-destinadas-a-apoiar-a-permanencia-estudantil/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. **História**. São Paulo: UNESP, 2024. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proade/home/historico/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

ANEXOS

Parecer Consubstanciado do CEP

FACULDADE DE MEDICINA DE
BOTUCATU (FMB)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Situações de violência e de saúde mental de estudantes residentes em uma moradia estudantil.

Pesquisador: TAIS CRISTINA PRESTES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79203724.3.0000.5411

Instituição Proponente: Departamento de Saúde Pública

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.910.940

Apresentação do Projeto:

As informações descritas nos campos *Apresentação do Projeto*, *Objetivo da Pesquisa* e *Avaliação dos Riscos e Benefícios* foram retiradas dos documentos e arquivo - Informações Básicas da Pesquisa com data de 03/06/2024.

Introdução (breve):

Com o crescimento do acesso às universidades e a ampliação das políticas de acesso ao ensino superior, neste projeto pretendemos analisar as interseções entre classe social, gênero e raça, atravessadas pela saúde mental e situações de violência de estudantes residentes em uma moradia estudantil de um município do interior paulista.

Hipótese:

Marcadores sociais como: classe social, gênero, raça e trajetórias de vida que perpassam por violências, impactam na saúde mental dos estudantes residentes em uma moradia estudantil? A intersecção desses marcadores produzem efeitos nos estudantes?

Metodologia:

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com referencial teórico da interseccionalidade, a qual será dividida em duas etapas, na primeira etapa será realizada a caracterização das

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

UF: SP

Município: BOTUCATU

CEP: 18.618-970

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU (FMB)



Continuação do Parecer: 6.910.940

para pessoas. Para a primeira etapa de caracterização, será realizada a aplicação de um questionário com informações sociodemográficas e familiares para 60 residentes da moradia estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Botucatu, também será aplicado nos estudantes dois instrumentos validados, sendo eles: Self Report Questionnaire (SRQ 20), que avalia o sofrimento mental e a probabilidade de transtornos mentais comuns (TMC); a Escala de Apoio Social (MOSSSS), avaliando em que medida os estudantes contam com o apoio de outras pessoas para enfrentar situações estressantes. A seleção dos participantes se dará pela lista de moradores atuais da moradia estudantil, disponibilizada pelo Grupo Administrativo do Câmpus (GAC), a coleta de dados será dividida em grupos, conforme a disponibilidade dos estudantes, contaremos com a mediação do representante da comissão de moradias para a divulgação da pesquisa. Os participantes serão abordados via telefone, Whatsapp e e-mail. Os dados serão coletados conforme a preferência dos participantes, podendo ser na própria moradia estudantil, ou na Unidade de Pesquisa em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu (UPESQ). A segunda etapa será realizada com 16 estudantes que assinalaram questões sensíveis, como a afirmação de que teriam sofrido violências ao longo da vida e no ambiente universitário como: trotes, assédios, sexismo e racismo. Além disso eles também terão que ter tido pontuação indicativa de sofrimento mental no SRQ 20. Dos 16 estudantes da fase qualitativa, serão observados aspectos de representatividade, como raça, gênero, orientação sexual e condição socioeconômica. A fase qualitativa será realizada por meio de uma entrevista individual semiestruturada segundo a trajetória de vida dos estudantes. A coleta de dados somente será realizada após aprovação no Projeto no Comitê de Ética e após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a coleta, os dados serão organizados e categorizados segundo elementos em comum, as categorias serão formuladas a partir dos dados coletados no campo. Para a interpretação dos dados, prezamos pela triangulação, ou seja, com a utilização de diferentes métodos. O principal método de análise se pautará na análise de conteúdo de Bardin, na qual é realizada a contagem da frequência da aparição de determinadas características no conteúdo das entrevistas com os estudantes. Paralelo a coleta de dados, iremos analisar materiais que contemplem o histórico da moradia estudantil da Unesp de Botucatu, a depender dos achados, realizaremos uma análise histórica, considerando que não foram encontrados materiais acessíveis com tais informações. O estudo tem como cenário a moradia estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Botucatu, integrante do Programa de Moradia da Unesp, com a missão de oferecer alojamento aos estudantes de graduação da UNESP de Botucatu menos favorecidos

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU (FMB)



Continuação do Parecer: 6.910.940

economicamente. A população alvo deste estudo é composta por estudantes da UNESP de Botucatu, dos cursos de: Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Física Médica, Nutrição, Enfermagem e Medicina, que residem na moradia estudantil da UNESP de Botucatu. Os critérios de inclusão para participar do estudo incluem: ser estudante da Unesp de Botucatu e residir na moradia estudantil. O critério de exclusão se aplica a estudantes que não tenham 18 anos completos. A escolha dos participantes se deu com o intuito de possibilitar a visibilidade das questões enfrentadas pelos estudantes, com a participação deles próprios, dando voz a esse grupo e ampliando os futuros resultados para a comunidade.

Critério de Inclusão:

Ser estudante da Unesp de Botucatu e residir na moradia estudantil.

Critério de Exclusão:

Estudantes que não tenham 18 anos completos.

País de origem do estudo: Brasil

Número de participantes do estudo: 60

Não haverá retenção de amostra em Biorrepositório/Biobanco.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Analisar as interseções entre classe social, gênero e raça, atravessadas pela saúde mental e situações de violência de estudantes residentes em uma moradia estudantil de um município do interior paulista.

Objetivo secundário:

Caracterizar o perfil sociodemográfico e psicossocial de estudantes residentes em uma moradia estudantil e analisar as trajetórias de vida dos mesmos.

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU (FMB)



Continuação do Parecer: 6.910.940

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Sensação de invasão de privacidade; Incomodo ao responder a questões sensíveis, tais como violências, sexualidade, vulnerabilidades; Ocupar o tempo do participante ao responder ao questionário/entrevista.

Benefícios:

Produzir conhecimento científico acerca dos marcadores sociais e suas intersecções no contexto da moradia estudantil, reconhecer a situação atual dos estudantes que residem em uma moradia estudantil, suas necessidades e possibilitar a visibilidade das mesmas, assim como o planejamento de políticas públicas voltadas aos estudantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de cunho quanti-qualitativo, em que participarão da fase quantitativa 60 estudantes residentes da moradia estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP) da cidade de Botucatu. Para esses 60 estudantes serão aplicados além de um questionário sociodemográfico mais dois instrumentos validados, sendo eles: Self Report Questionnaire (SRQ 20), que avalia o sofrimento mental e a probabilidade de transtornos mentais comuns (TMC); a Escala de Apoio Social (MOS-SSS), avaliando em que medida os estudantes contam com o apoio de outras pessoas para enfrentar situações estressantes. A parte qualitativa será realizada com aproximadamente 16 estudantes que assinalaram questões sensíveis, como a afirmação de que teriam sofrido violências ao longo da vida e no ambiente universitário, como ferramenta para coleta dos dados utilizaremos a entrevista individual semiestruturada, baseada na história de vida dos estudantes selecionados.

Local do estudo: Moradia estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP) da cidade de Botucatu.

O custo será de R\$600,00, com financiamento próprio.

Cronograma de execução na PB: 01/04/2024 a 01/04/2025 (coleta de dados deverá ser iniciada após aprovação do CEP).

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU (FMB)



Continuação do Parecer: 6.910.940

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise em REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, o Colegiado deliberou APROVAÇÃO do PROJETO de Pesquisa apresentado.

Pendências Anteriores:

1. Quanto às Informações Básicas do Projeto, intitulado `¿PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2315180.pdf¿`:

1.1 Solicita-se inserir os critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa, devendo ser apresentados de acordo com as exigências da metodologia a ser utilizada (Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.1.11).

Resposta: Foram incluídos os critérios de inclusão e de exclusão no projeto de pesquisa.

Análise: pendência atendida.

1.2 Todos os protocolos de pesquisa devem conter, obrigatoriamente, a descrição da população a ser estudada, como por exemplo, tamanho, faixa etária, sexo, etc. Na ausência da delimitação da população, deve ser apresentada justificativa para a não apresentação da descrição da população e as razões para a utilização de grupos vulneráveis, quando for o caso. Solicita-se inserir no projeto detalhado as informações sobre a população do estudo (Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.1.6). Caso haja participantes de pesquisa menores de 18 anos, o pesquisador deve apresentar TALE para os menores e TCLE para os pais/responsáveis.

Resposta: Foram incluídos com maiores detalhes no projeto de pesquisa. Foi incluído no projeto de pesquisa as informações detalhadas da população de estudo, considerando que um dos critérios de exclusão para participar da pesquisa se dá por idade inferior a 18 anos, não utilizaremos do TALE.

Análise: pendência atendida.

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU (FMB)



Continuação do Parecer: 6.910.940

2. Quanto ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), intitulado 2 TCLE.pdf 2:

2.1 O Registro do Consentimento Livre e Esclarecido e/ou do Assentimento Livre e Esclarecido deve assegurar, de forma clara e afirmativa, a informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver, caso seja pertinente no projeto de pesquisa em análise (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Inciso V). Ressalta-se que não se deve especificar ou limitar o tipo de assistência. Solicita-se adequação.

Resposta: Foi incluído no TCLE de forma clara a informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa.

Análise: pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme deliberação do Colegiado, em REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do Comitê de Ética em Pesquisa FMB/UNESP, o PROJETO de Pesquisa apresentado encontra-se APROVADO.

O projeto de pesquisa deverá ter início somente após aprovação deste CEP.

Ao final da execução da pesquisa, o Pesquisador deverá enviar o Relatório Final de Atividades, na forma de Notificação, via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Comitê de Ética em Pesquisa FMB/UNESP

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2315180.pdf	03/06/2024 13:29:27		Aceito
Outros	Carta.doc	03/06/2024 13:29:11	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2315180.pdf	15/05/2024 15:39:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projeto.docx	15/05/2024 15:37:56	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

FACULDADE DE MEDICINA DE
BOTUCATU (FMB)



Continuação do Parecer: 6.910.940

Investigador	projeto.docx	15/05/2024 15:37:56	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	15/05/2024 15:37:56	TAIS CRISTINA PRESTES	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	15/05/2024 15:37:44	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	15/05/2024 15:37:44	TAIS CRISTINA PRESTES	Postado
Solicitação registrada pelo CEP	sipe.pdf	11/04/2024 15:45:58	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	clme.pdf	11/04/2024 15:45:38	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	11/04/2024 15:44:43	TAIS CRISTINA PRESTES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BOTUCATU, 26 de Junho de 2024

Assinado por:
EMÍLIO CARLOS CURCELLI
(Coordenador(a))

Endereço: Chácara Butignolli, s/n

Bairro: Rubião Junior

CEP: 18.618-970

UF: SP

Município: BOTUCATU

Telefone: (14)3880-1609

E-mail: cep@fmb.unesp.br

APÊNDICE

a) Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(TERMINOLOGIA OBRIGATÓRIA EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO 466/12- CNS-MS)

Você foi convidado(a) para participar de uma pesquisa. As informações existentes nesse documento são para compreender os objetivos da pesquisa, sabendo que a participação é voluntária. Se durante a leitura deste documento houver alguma dúvida, você deve fazer perguntas para que possa entender perfeitamente do que se trata. Após estar esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no verso deste documento.

Informações sobre a pesquisa

Título: “Situações de violência e saúde mental de estudantes residentes em uma moradia estudantil”.

Pesquisadoras Responsáveis: Mestranda Taís Cristina Prestes e Profa. Dra. Dinair Ferreira Machado

Contato: tais.prestes@unesp.br (14) 99882-4303; dinair.machado@unesp.br (14) 99702-8318.

Finalidade da pesquisa: A pesquisa tem como objetivo analisar as intersecções entre classe social, gênero e raça, atravessadas pela violência e suas relações com a saúde mental dos estudantes residentes em uma moradia estudantil.

Benefícios da pesquisa: Produzir conhecimento científico acerca dos marcadores sociais e suas intersecções no contexto da moradia estudantil, reconhecer a situação atual dos estudantes que residem em uma moradia estudantil, suas necessidades e possibilitar a visibilidade delas, assim como o planejamento de políticas públicas voltadas aos estudantes.

Procedimentos: A pesquisa será realizada por meio da aplicação de três questionários, sendo eles: questionário sociodemográfico; Self Report. Questionnaire (SRQ 20), que investiga a possibilidade de transtornos mentais comuns e a Escala de Apoio Social (MOS-SSS). Após aplicados os questionários, serão selecionados dezesseis estudantes para uma fase qualitativa, que contará com a aplicação de uma entrevista individual semiestruturada, seguindo o roteiro de história de vida.

Riscos: Os potenciais riscos de participar dessa pesquisa são considerados mínimos, como atrapalhar e/ou tomar o seu tempo e/ou sensação de invasão de privacidade; incomodo ao responder a questões sensíveis, tais como violências, sexualidade, vulnerabilidades e ocupar o tempo do participante ao responder ao questionário/entrevista.

Participação: A participação é voluntária e a qualquer momento do processo de pesquisa você poderá recusar-se a continuar ou a participar de alguma etapa em particular, sem qualquer prejuízo, ou penalização.

Compromisso dos Pesquisadores: Os pesquisadores se comprometem em usar os dados deste estudo de maneira correta e coerente aos objetivos deste estudo, garantindo que:

- 1) Todas as informações obtidas serão utilizadas de forma a proteger a identidade e privacidade das participantes;
- 2) No texto de relatórios, artigos e em quaisquer outros documentos escritos não serão utilizados nomes e qualquer informação que possa identificar os participantes da pesquisa;
- 3) As informações não serão utilizadas em prejuízo das pessoas e grupos.

Formas de ressarcimento e indenização: A pesquisa não acarretará custos, tendo a participante o direito de buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Acompanhamento e assistência: Os pesquisadores garantem o acompanhamento e a assistência gratuita, imediata e integral pelo tempo que for necessário aos participantes da pesquisa, na forma de acolhimentos e encaminhamentos que se fizerem necessários. Este acompanhamento poderá ocorrer durante o curso deste estudo, considerando que estamos comprometidos em garantir o seu bem-estar e segurança durante a

participação, você terá acesso aos contatos do pesquisador responsável, que estará disponível para responder quaisquer perguntas durante ou após a sua participação no estudo.

Informações adicionais: Este documento contém 2 vias, uma entregue ao participante da pesquisa (presencial ou de forma digital ou outra forma) e a outra será mantida em arquivo pelo pesquisador, sendo importante ao participante guardar a sua cópia deste documento. Durante o decorrer da pesquisa, caso venha a ter alguma dúvida ou precise de alguma orientação complementar use o endereço ou telefone da pesquisadora (informado no verso), ou poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa FMB/Unesp**, através dos fones: (14) 3880-1608/3880-1609. Endereço: na Chácara Butignolli s/nº em Rubião Júnior – Botucatu - São Paulo. Horário de funcionamento: de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 12.00 e das 13.30 às 17horas."

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, portador (a) do RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar como voluntário(a) do estudo descrito no verso desse documento. Assim como autorizo a utilização e reprodução dos resultados em atividades acadêmicas, trabalhos científicos e meios de informação. Fui devidamente informados (a) e esclarecido(a) pelo entrevistador, vinculado à Faculdade de Medicina de Botucatu/ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, sobre o estudo, os procedimentos nele envolvidos assim como os riscos e benefícios de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento sem acarretar nenhuma penalidade.

Botucatu, ____/____/____

Assinatura do(a) Participante

Taís Cristina Prestes

b. Questionário Sociodemográfico**Identificação**

Nome: _____

Idade: _____ Cor autodeclarada: _____

Orientação Sexual _____ Identidade de Gênero: _____

Qual o seu curso de graduação atualmente?

- () Engenharia agrônoma
- () Engenharia florestal
- () Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia
- () Medicina veterinária
- () Zootecnia
- () Ciências biológicas
- () Ciências biomédicas
- () Física médica
- () Nutrição
- () Enfermagem
- () Medicina
- () Outro

Qual? _____

Em qual ano você ingressou na graduação?

- () 2024
- () 2023
- () 2022
- () 2021
- () 2020
- () 2019
- () 2018
- () Outro

Qual? _____

Em qual período você frequenta o curso?

- ☐ matutino
- ☐ matutino-vespertino
- ☐ vespertino
- ☐ vespertino-noturno
- ☐ noturno
- ☐ integral

Há quanto tempo você reside na moradia estudantil?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 ano
- ☐ 2 anos
- ☐ 3 anos
- ☐ 4 anos
- ☐ 5 anos
- ☐ Mais de 5 anos

Como se mantém na cidade:

- ☐ Auxílio de familiares
- ☐ Bolsa de Iniciação Científica
- ☐ Auxílio Permanência
- ☐ Trabalha: Em quê: _____ Carga horária: _____

Quem são as pessoas que você considera sua rede de apoio?

R: _____

Elas estão na cidade?

- ☐ Sim

- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

Ao longo da vida você já vivenciou algum tipo de violência?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

Se sim, quais?

- ☐ Física
- ☐ Psicológica
- ☐ Sexual
- ☐ Verbal
- ☐ Patrimonial

Na Universidade, você já passou por alguma dessas situações?

- ☐ Trote
- ☐ Assédio Moral
- ☐ Assédio Sexual
- ☐ Racismo
- ☐ Clasismo
- ☐ Sexismo
- ☐ Violência Institucional
- ☐ Não passei

c. Self Report Questionnaire (SRQ-20)

Responda às seguintes questões a respeito de sua saúde:

1. Tem dores de cabeça frequentes?

() Sim () Não

2. Tem falta de apetite?

() Sim () Não

3. Dorme mal?

() Sim () Não

4. Assusta-se com facilidade?

() Sim () Não

5. Tem tremores de mão?

() Sim () Não

6. Sente-se nervoso (a), tenso (a) ou preocupado (a)?

() Sim () Não

7. Tem má digestão?

() Sim () Não

8. Tem dificuldade para pensar com clareza?

() Sim () Não

9. Tem se sentido triste atualmente?

() Sim () Não

10. Tem chorado mais do que de costume?

() Sim () Não

11. Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?

() Sim () Não

12. Tem dificuldades para tomar decisões?

() Sim () Não

13. Tem dificuldades no serviço/estudos? (É penoso, lhe causa sofrimento?)

() Sim () Não

14. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?

() Sim () Não

15. Tem perdido o interesse pelas coisas?

() Sim () Não

16. Sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo?

() Sim () Não

17. Tem tido ideias de acabar com a vida?

() Sim () Não

18. Sente-se cansado (a) o tempo todo?

() Sim () Não

19. Tem sensações desagradáveis no estômago?

() Sim () Não

20. Cansa-se com facilidade?

() Sim () Não

d. Escala de Apoio Social - MOSS

Responda as perguntas abaixo, dizendo: Se você precisar, com que frequência conta com alguém...

1. Que o ajude, se ficar de cama?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

2. Para levar você ao médico?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

3. Para ajudá-lo (a) nas tarefas diárias, se ficar doente?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

4. Para preparar suas refeições se você não puder prepará-las?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

5. Que demonstra amor e afeto por você?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

6. Que lhe dê um abraço?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

7. Que você ame e que faça você se sentir querido (a)?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

8. Para ouvir quando você precisar falar?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

9. Em quem confiar para falar de você ou de seus problemas?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

10. Para compartilhar as suas preocupações e medos mais íntimos?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

11. Que compreenda seus problemas?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

12. Para dar bons conselhos em situações de crise?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

13. Para dar informações que o ajude a compreender uma determinada situação?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

14. De quem você realmente quer conselhos?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

15. Para dar sugestões de como lidar com um problema pessoal?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

16. Com quem fazer coisas agradáveis?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

17. Com quem distrair a cabeça?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

18. Com quem relaxar?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

19. Para se divertir junto?

() Nunca () Raramente () Às vezes () Quase sempre () Sempre

e. Entrevista semiestruturada – História de vida

1. Fale sobre como foi a sua infância/adolescência desde quando se lembra por gente;
2. Fale sobre o período em que decidiu entrar para a faculdade;
3. Fale sobre a descoberta da aprovação;
4. Fale do momento em que chegou na universidade;
5. Fale da sua experiência de conseguir a vaga na moradia estudantil;
6. Fale sobre o período após o ingresso na faculdade;
7. Fale do cenário atual;
8. Fale um pouco sobre as relações;
9. Conte sobre seus sentimentos na universidade e na moradia;
10. Conte como é viver na moradia estudantil;
11. Fale sobre as situações de violência;
12. Como você percebe a sua saúde mental atualmente?
13. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência na universidade, na moradia estudantil ou sobre sua saúde mental que não foi abordada até agora?